

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: FINANÇAS

**“ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DE EMPRESAS E O SEU
IMPACTO NA GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO”**

RELATÓRIO DE ESTÁGIO
BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL

ANA FILIPA RESINA DE ALMEIDA ALVES RODA

ORIENTAÇÃO

**PROFESSOR DR. CARLOS MANUEL COSTA BASTARDO, PROFESSOR AUXILIAR
CONVIDADO DO ISEG**

**DOUTOR NUNO RAFAEL AFONSO PIRES, ORIENTADOR NO BANCO
SANTANDER CONSUMER PORTUGAL**

JÚRI:

PRESIDENTE: PROFESSORA DOUTORA CLARA COSTA RAPOSO

VOGAIS: MESTRE JOÃO AUGUSTO CANTIGA ESTEVES

PROFESSOR DR. CARLOS MANUEL COSTA BASTARDO
DOUTOR NUNO RAFAEL AFONSO PIRES

NOVEMBRO DE 2011

TERMOS DO ESTÁGIO

Faculdade:

Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa

Mestrado:

Mestrado em Finanças – especialização Mercados Financeiros

Aluna:

Ana Filipa Resina de Almeida Alves Roda

Orientador:

Professor Dr. Carlos Manuel Costa Bastardo

Empresa:

Banco Santander Consumer Portugal

Orientador na empresa:

Doutor Nuno Rafael Afonso Pires

Período do Estágio:

Maio a Outubro de 2009

Local de Estágio:

Rua Castilho, nº2, em Lisboa

Departamento onde se realizou o Estágio:

Departamento de Risco e Recuperação de Crédito

Tema do Relatório de Estágio:

Análise Económico-Financeira de Empresas e o seu impacto na Gestão de Risco de Crédito

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DE EMPRESAS E O SEU IMPACTO NA GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO

Ana Filipa Resina de Almeida Alves Roda

Mestrado em: Finanças

Orientadores: Professor Dr. Carlos Manuel Costa Bastardo e Doutor Nuno Rafael Afonso Pires

Provas concluídas em:

RESUMO

A crise financeira tem vindo a acentuar-se desde 2007, traduzindo-se numa situação de recessão económica vivida actualmente a nível mundial com efeitos nefastos na economia portuguesa, o que faz com que as instituições financeiras necessitem cada vez mais de uma eficiente gestão do risco de crédito. Esta baseia-se em modelos que permitam pontuar um cliente de acordo com a probabilidade de este cumprir com as suas obrigações. Deste modo, as instituições financeiras desenvolveram sistemas internos de atribuição de rating e *scoring*, baseados em modelos teóricos, que permitem classificar empresas ou particulares de acordo com o seu nível de risco de crédito.

Com o presente relatório pretende-se analisar o sistema interno de atribuição de rating utilizado pelo Banco Santander Consumer Portugal, entidade onde foi desenvolvido o estágio curricular. Para tal é efectuada a análise económico-financeira através do modelo de rácios financeiros a uma empresa sua cliente e são analisadas as variáveis explicativas que são usadas para a classificação do rating.

Deste estudo são retiradas ilações sobre a gestão do risco de crédito, a sua importância e o processo que as instituições financeiras deverão seguir de modo a reduzirem a probabilidade de incumprimento das suas carteiras de clientes.

Palavras-chave: Risco de Crédito, Rating, Rácios Financeiros, Análise Económico-Financeira, Incumprimento.

ECONOMIC AND FINANCIAL ANALYSIS OF ENTERPRISES AND ITS IMPACT ON CREDIT RISK

Ana Filipa Resina de Almeida Alves Roda

Master in: Finance

Advisors: Professor Dr. Carlos Manuel Costa Bastardo e Doutor Nuno Rafael Afonso Pires

Approved at:

ABSTRACT

The financial crisis has been sharpened since 2007, resulting in an economic downturn currently experienced worldwide with an adverse effect on the Portuguese economy, which means that financial institutions need a more efficient management of credit risk. This is based on models that evaluate a customer according to the probability of compliance with its obligations. Thus, financial institutions have developed internal rating and scoring systems based on theoretical models to classify companies or individual according to their level of credit risk.

This paper aims to analyze the internal rating system used by Banco Santander Consumer Portugal, entity where my internship was developed. To address this issue, it is carried out an economic and financial analysis to one of its clients through the financial ratios model and are analyzes the explanatory variables that are used for classifying the rating.

With this study it can be concluded about the credit risk management and its importance and also about the process that financial institutions must follow to reduce their client portfolios default probability.

Keywords: Credit risk, Rating, Financial Ratios, Economic and Financial analysis, Default.

ÍNDICE

Resumo	3
Abstract.....	4
Índice	5
Índice de Tabelas	7
Índice de Figuras	8
Agradecimentos	9
1. Introdução	10
2. Apresentação do Santander Consumer	13
2.1 Caracterização.....	13
2.2 Missão e Valores.....	14
2.3 Evolução da Actividade do Banco Santander Consumer	15
2.4 Produtos e Serviços Comercializados	20
2.4.1 Particulares	20
2.4.2 Empresas	22
2.5 Realização do Estágio	23
2.5.1 Departamento	23
2.5.2 Actividades Desenvolvidas	25
3. Análise Económico-Financeira de Empresas	27
3.1 Importância e Objectivos	27
3.2 Processo de Análise	28
3.2.1 Recolha de Informação.....	28
3.2.2 Análise Económica.....	29
3.2.3 Análise Financeira.....	30
3.3 Estimação e Análise de Rácios Financeiros	31
3.3.1 Rácios de Alavanca Financeira	32
3.3.2 Rácios de Liquidez	35
3.3.3 Rácios de Rendibilidade.....	37
3.3.4 Rácios de Actividade.....	40
3.3.5 Rácios baseados no Mercado	42
3.4 Factores que influenciam os Resultados	45
4. Risco de Crédito	48
4.1 Gestão de Risco de Crédito.....	48

4.1.1	Rating vs <i>Scoring</i>	48
4.1.2	Acordo de Basileia e o impacto na atribuição de Crédito	49
4.1.3	Sistemas de Risco de Crédito	51
4.2	Análise Económico-Financeira de Empresas na previsão do seu incumprimento de Crédito	53
4.2.1	Modelo de Rating	53
4.2.2	Modelo de <i>Scoring</i>	55
5.	Caso de Estudo – Análise Económico-Financeira e do Risco da Empresa “ABC”	57
5.1	Descrição do Caso de Estudo.....	57
5.2	Metodologia e Dados	58
5.3	Apresentação da Empresa e do sector.....	59
5.4	Análise Económico-Financeira da Empresa “ABC”	62
5.5	Resultados Obtidos e atribuição do Rating	71
5.6	Adequação do Modelo utilizado	75
6.	Conclusões.....	79
	Referências Bibliográficas.....	81
	Anexos.....	84

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1 - Composição Capital Social BSCP.....	13
Tabela 2.2 - Quota de mercado financiamento automóvel para viaturas novas	14
Tabela 2.3 - Quota de mercado financiamento automóvel para viaturas usadas.....	15
Tabela 2.4 - Síntese de indicadores económicos 2007-2009	16
Tabela 2.5 - Crédito a clientes por sector actividade 2007-2009	17
Tabela 2.6 - Composição da Margem Financeira BSCP 2007-2009.....	18
Tabela 2.7 - Exposição máxima de Risco de Crédito do BSCP 2007-2009.....	19
Tabela 5.1 - Volume vendas das marcas da empresa “ABC” entre 2007-2010	60
Tabela 5.2 - Exposição total de crédito da empresa “ABC” com o BSCP	61
Tabela 5.3 - Percentagem de clientes da empresa “ABC” que também são clientes do BSCP	62
Tabela 5.4 - Principais Rubricas do Balanço da empresa “ABC”	63
Tabela 5.5 - Principais Rubricas da Demonstração de Resultados da empresa “ABC”.	63
Tabela 5.6 - Rubricas que compõe na maioria o Activo da empresa “ABC”	64
Tabela 5.7 - Rubricas que compõe na maioria o Passivo da empresa “ABC”	64
Tabela 5.8 - Rácios utilizados pelo BSCP na análise económico-financeira	65
Tabela 5.9 - Responsabilidades para com Instituições Financeiras.....	72
Tabela 5.10 - Rating interno do BSCP para a empresa "ABC"	74
Tabela 5.11 - Rácio de Cobertura dos Encargos Financeiros da empresa "ABC"	76
Tabela 5.12 - Rendibilidade Comercial da empresa "ABC"	77
Tabela 5.13 - Rácio de Endividamento da empresa "ABC"	77
Tabela 5.14 - Rácio de Liquidez Reduzida da empresa "ABC"	78

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4-1 - Notação de Crédito das Empresas de Rating.....	52
Figura 4-2 - Processo de sistema interno de classificação de crédito.....	53
Figura 4-3 - Processo de atribuição de rating	55
Figura 4-4 - Processo de atribuição de <i>scoring</i>	56
Figura 5-1 - Evolução do sector automóvel para o período 2007-2010	59
Figura 5-2 - Quota mercado das marcas da empresa “ABC” em 2007 e 2008	60
Figura 5-3 - Quota mercado das marcas da empresa “ABC” em 2009 e 2010	61

AGRADECIMENTOS

A Professor Dr. Carlos Bastardo, meu orientador, pelo seu valioso contributo e orientação científica que me permitiu concluir este projecto.

Ao Doutor Nuno Pires, Director do Banco Santander Consumer e meu orientador, e ao Doutor António Félix pelo apoio dado ao longo do estágio curricular e pela constante disponibilidade demonstrada no esclarecimento de dúvidas para a realização deste relatório.

A toda a equipa com quem tive o prazer de trabalhar no Banco Santander Consumer e que me ajudaram a obter valiosos conhecimentos que me permitiram desenvolver este relatório.

A todos os meus colegas e amigos que me apoiaram e incentivaram para a conclusão deste objectivo académico.

Um agradecimento especial ao Ruben, aos meus pais e ao meu irmão, pelo incentivo e por toda a compreensão e paciência que tiveram ao longo deste percurso.

1. INTRODUÇÃO

A recessão económica vivida actualmente, aliada à quebra de confiança nos mercados, veio traduzir-se numa maior pressão sobre as instituições financeiras para a concessão de crédito. Por um lado, existem pressões sociais para ajuda ao progressivo empobrecimento de grande parte da população, o que levou a uma maior procura por produtos de crédito. Por outro, as entidades reguladoras do mercado financeiro impuseram políticas mais restritas para atribuição de montantes de financiamento, como é o caso do Acordo de Basileia desenvolvido pela União Europeia e que, entre outras medidas, restringe para 8% os requisitos mínimos de capital que os bancos necessitam ter em forma de reservas, e obriga as instituições financeiras a implementarem sistemas internos de controlo do risco de crédito mais restritos.

As instituições financeiras vêem-se numa situação controversa pois pretendem maximizar os lucros e obter maiores quotas de mercado, mas por outro lado enfrentam o receio de atingirem um elevado nível de incumprimento por parte dos clientes e serem penalizados pelas entidades reguladoras.

O Acordo Basileia II, veio implementar uma nova filosofia no mercado financeiro, as classificações de clientes através de um rating. As instituições financeiras poderão utilizar sistemas externos ou sistemas internos de rating de modo a poderem classificar os seus clientes como cumpridores ou não das suas obrigações.

Os sistemas externos de rating foram desenvolvidos por entidades externas aos bancos e permitem verificar a credibilidade de empresas, estados ou títulos de dívida, sendo que se restringem a empresas de grande dimensão e conhecidas internacionalmente.

Contudo, a esmagadora maioria dos clientes das instituições financeiras são particulares ou empresas de pequena e média dimensão cuja classificação de risco de crédito não é abrangida pelas entidades externas de rating.

No que se refere a clientes particulares, a problemática é facilmente ultrapassada pois a análise ao perfil de risco é feita de uma forma muito mais simples, fazendo-se inquéritos

ao perfil do cliente e tendo em consideração a informação financeira disponibilizada pelo mesmo.

A principal questão coloca-se quanto à concessão de crédito a empresas clientes. Nestes casos, é necessário o estudo aprofundado de toda a realidade da empresa para que desta forma o erro do banco seja mínimo, ou seja, minimizar a margem de incumprimento. Deste modo, uma boa análise da realidade de uma empresa torna-se imprescindível para as instituições financeiras assegurarem os créditos financiados.

Assim, foram desenvolvidos sistemas internos de classificação de rating utilizando a análise económico-financeira de empresas como base. Esta análise é usualmente feita através do modelo dos rácios financeiros que permitem averiguar a realidade da empresa ao longo de um período. Através dos rácios financeiros os analistas conseguem comparar a situação económico-financeira de uma empresa entre períodos, mas também entre empresas concorrentes ou de outros sectores de actividade, uma vez que os resultados obtidos nos rácios são quantificáveis e estandardizados.

Além da análise quantitativa, os sistemas internos de atribuição de rating também pressupõem a análise de factores qualitativos, ou seja, de variáveis não financeiras que podem alterar a opinião do analista. Destas variáveis podem-se destacar a análise macroeconómica e política do país onde a empresa se insere, análise ao sector de actividade da empresa ou análise ao historial da empresa e dos seus accionistas/gestores.

Para concluir, é desenvolvida uma ponderação, interna a cada instituição financeira, sobre os factores qualitativos e quantitativos para atribuir uma classificação de rating. Através desta classificação as empresas são consideradas boas ou más clientes, e por consequente é ou não atribuído o montante de financiamento solicitado.

Deste modo, este relatório final de mestrado tem como objectivo verificar a importância da análise económico-financeira de empresas para a atribuição de uma notação de rating.

Em primeiro lugar é feita uma revisão aos temas mais importantes relacionados com a análise económico-financeira e os rácios financeiros.

Seguidamente é analisada a problemática da gestão de risco de crédito. Neste capítulo são mencionados os conceitos de rating e de *scoring* e é sistematizado o processo a seguir pelas instituições de crédito nos seus sistemas de atribuição de rating.

Por último, é efectuado o estudo empírico. Para este, é utilizada uma empresa cliente do Banco Santander Consumer tendo como base o período de análise entre 2007 e 2009. Com base nessa informação é feita uma criteriosa análise económico-financeira, calculando os rácios financeiros abordados anteriormente, e são avaliadas variáveis qualitativas sendo-lhe atribuída uma nota de rating.

2. APRESENTAÇÃO DO SANTANDER CONSUMER

Ao longo deste capítulo é efectuada uma apresentação da empresa onde foi realizado o estágio, o Banco Santander Consumer Portugal. É abordada a caracterização da empresa, da sua actividade e os produtos e serviços disponíveis para os seus clientes.

Neste capítulo é também referido o departamento onde foi efectuado o estágio, assim como as principais actividades realizadas no mesmo.

2.1 CARACTERIZAÇÃO

O Banco Santander Consumer Portugal foi fundado em 31 Dezembro de 1996, sob a designação de Interbanco. Desde Janeiro de 2007, com a aquisição em conjunto do Grupo Santander com a empresa SAG, passou a designar-se por Banco Santander Consumer Portugal, daqui em diante designado por BSCP.

Actualmente é detido na sua maioria pelo Santander Consumer Finance, S.A., do Grupo Santander. Na Tabela 2.1 pode-se verificar a composição do Capital Social do banco.

Tabela 2.1 - Composição Capital Social BSCP

(Montantes expressos em Unidades)

Evolução da Composição do Capital Social do BSCP						
	2007		2008		2009	
	Número acções	Percentagem Participação	Número acções	Percentagem Participação	Número acções	Percentagem Participação
Santander Consumer Finance S.A.	45.443.968	68,24%	53.331.647	80,09%	53.331.647	80,09%
Santander Consumer Estabelecimento Financeiro de Crédito, S.A.	13.261.300	19,91%	13.261.300	19,91%	13.261.300	19,91%
SAG Gest - Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A.	7.887.679	11,85%	-	-	-	-
TOTAL	66.592.947	100,00%	66.592.947	100,00%	66.592.947	100,00%

Desde a sua criação que o BSCP centra a actividade no mercado do financiamento ao consumo, não apresentando assim uma vertente retalhista associada aos bancos tradicionais. A principal linha de negócio é o financiamento automóvel, sendo

actualmente o banco com maior quota de mercado neste serviço. Contudo tem apresentado um forte crescimento nos outros sectores, como o financiamento ao consumo.

2.2 MISSÃO E VALORES

A missão de uma empresa é a satisfação dos seus clientes, procurando sempre produzir e disponibilizar mais e melhores produtos.

Tendo em conta a actual realidade económico-financeira do país e a dificuldade de acesso ao crédito, é do interesse do BSCP analisar com cuidado os seus investimentos e avaliar com maior precisão a possibilidade de expandir a sua actividade para outros tipos de serviços. Neste sentido o banco tem apostado em consolidar a sua posição nos serviços prestados. De acordo com dados disponibilizados pela empresa, o financiamento automóvel está bem consolidado e numa forte posição de liderança de mercado (como ilustrado nas Tabelas 2.2 e 2.3).

Tabela 2.2 - Quota de mercado financiamento automóvel para viaturas novas

QUOTA DE MERCADO - SC FINANCE

Santander Consumer

ESTADO DO BEM

Novos	ENTIDADE	2009	2010	Variação 10/09	MS 2009	MS 2010	Agosto		Variação 10/09	MS Mensal
							2009	2010		
	SANTANDER CONSUMER	137 384	179 716	30,81%	20,72%	23,76%	18 846	26 941	42,95%	28,99%
	BANQUE PSA FINANCE	77 965	103 620	32,91%	11,76%	13,70%	9 669	9 867	2,05%	10,62%
	BNP PARIBAS	63 520	81 433	28,20%	9,58%	10,77%	10 986	9 699	-11,71%	10,44%
	BBVA	106 420	69 761	-34,45%	16,05%	9,22%	11 437	7 199	-37,06%	7,75%
	FGA CAPITAL	59 223	59 837	1,04%	8,93%	7,91%	7 004	6 541	-6,61%	7,04%
	MBF	39 558	56 730	43,41%	5,97%	7,50%	3 826	7 712	101,57%	8,30%
	CREDIBOM	29 180	40 768	39,71%	4,40%	5,39%	4 246	6 130	44,37%	6,60%
	DEUTSCHEBANK	31 356	38 267	22,04%	4,73%	5,06%	3 992	4 527	13,40%	4,87%
	FINICREDITO	12 548	33 253	165,01%	1,89%	4,40%	2 641	3 959	49,91%	4,26%
	FCEBANK	14 060	29 825	112,13%	2,12%	3,94%	2 338	3 697	58,13%	3,98%
	BANIF +	16 336	29 796	82,39%	2,46%	3,94%	1 823	3 842	110,75%	4,13%
	CLF	6 137	8 390	36,71%	0,93%	1,11%	708	841	18,79%	0,90%
	BANCO PRIMUS	6 304	7 852	24,56%	0,95%	1,04%	790	770	-2,53%	0,83%
	SOFINLOC	17 385	6 543	-62,36%	2,62%	0,87%	2 144	228	-89,37%	0,25%
	RCI BANQUE	2 314	5 735	147,84%	0,35%	0,76%	228	421	84,65%	0,45%
	TOTTACREDITO	1 675	3 513	109,73%	0,25%	0,46%	201	381	89,55%	0,41%
	BNP CREDITO	2 211	1 152	-47,90%	0,33%	0,15%	296	184	-37,84%	0,20%
	GE MONEY	39 032	187	-99,52%	5,89%	0,02%	4 855	0	0,00%	0,00%
	CREDIPLUS	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%
	GMAC	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%
	CREDIAGORA	348	0	-100,00%	0,05%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%
	COFIDIS	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%
	TOTAL	662 956	756 378	14,09%	100,00%	100,00%	86 030	92 939	8,03%	100,00%

Tabela 2.3 - Quota de mercado financiamento automóvel para viaturas usadas

QUOTA DE MERCADO - SC FINANCE



ESTADO DO BEM

Usados	ENTIDADE			Variação 10/09	MS		Agosto		Variação 10/09	MS Mensal
		2009	2010		2009	2010	2009	2010		
	CREDIBOM	148 115	152 428	2,91%	19,63%	22,96%	20 178	21 474	6,42%	25,64%
	SANTANDER CONSUMER	86 336	81 424	-5,69%	11,45%	12,26%	9 750	10 449	7,17%	12,48%
	BNP CREDITO	63 709	76 705	20,40%	8,45%	11,55%	9 288	9 674	4,16%	11,55%
	BANIF +	46 065	71 467	55,14%	6,11%	10,76%	5 705	10 353	81,47%	12,36%
	BANCO PRIMUS	49 192	64 216	30,54%	6,52%	9,67%	7 102	8 013	12,83%	9,57%
	BNP PARIBAS	49 560	46 431	-6,31%	6,57%	6,99%	6 251	5 529	-11,55%	6,60%
	FINICREDITO	20 386	34 344	68,47%	2,70%	5,17%	3 042	4 730	55,49%	5,65%
	SOFINLOC	108 749	29 411	-72,96%	14,42%	4,43%	7 594	1 657	-78,18%	1,98%
	BBVA	32 290	28 315	-12,31%	4,28%	4,26%	4 236	2 905	-31,42%	3,47%
	BANQUE PSA FINANCE	46 327	21 631	-53,31%	6,14%	3,26%	8 653	2 276	-73,70%	2,72%
	FCEBANK	14 134	12 026	-14,91%	1,87%	1,81%	1 004	1 404	39,84%	1,68%
	DEUTSCHEBANK	7 811	9 863	26,27%	1,04%	1,49%	990	859	-13,23%	1,03%
	FGA CAPITAL	13 127	9 274	-29,35%	1,74%	1,40%	1 602	887	-44,63%	1,06%
	CLF	2 444	7 781	218,37%	0,32%	1,17%	391	655	67,52%	0,78%
	TOTTACREDITO	5 049	7 297	44,52%	0,67%	1,10%	566	1 080	90,81%	1,29%
	MBF	4 485	6 528	45,55%	0,59%	0,98%	899	1 275	41,82%	1,52%
	RCI BANQUE	4 600	4 732	2,87%	0,61%	0,71%	577	527	-8,67%	0,63%
	GE MONEY	51 111	141	-99,72%	6,78%	0,02%	5 232	0	0,00%	0,00%
	CREDIPLUS	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%
	CREDIAGORA	864	0	-100,00%	0,11%	0,00%	199	0	0,00%	0,00%
	GMAC	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%
	COFIDIS	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%
	TOTAL	754 354	664 014	-11,98%	100,00%	100,00%	93 259	83 747	-10,20%	100,00%

Integrado num dos maiores grupos financeiros do mundo, o Santander Consumer orienta os seus resultados numa base de solidez, ambição, responsabilidade e garantia de valor, pelo que os seus princípios baseiam-se nos definidos pelo Grupo Santander.

Num mercado com grande concorrência e com margem de crescimento, o banco assenta a sua actividade numa base de gestão de risco e recuperação de crédito e procura constante de ganhos de eficiência.

2.3 EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DO BANCO SANTANDER CONSUMER

Neste ponto são analisados os principais indicadores económico-financeiros que demonstram o desenvolvimento da actividade da empresa nomeadamente a evolução de resultados e riscos da instituição.

Incluem-se nos Anexo I a IV deste trabalho as Demonstrações Financeiras Consolidadas do BSCP para os anos 2007, 2008 e 2009, assim como o Balanço Individual referente ao 3º Trimestre de 2010 de modo a ser feita uma análise mais aprofundada às mesmas.

Desde a sua integração no Grupo Santander, o Banco tem vindo a apresentar resultados positivos, apesar da crise económico-financeira de 2007 com grande impacto negativo na economia mundial e na portuguesa em particular. Na Tabela 2.4 podem-se observar os principais indicadores do BSCP no período 2007-2009.

Tabela 2.4 - Síntese de indicadores económicos 2007-2009

(Montantes expressos em Euros)

Síntese dos Indicadores			
	2007	2008	2009
Activo líquido	1.276.288	1.297.374	1.342.461
Crédito sobre Clientes (bruto)	1.270.756	1.306.958	1.309.199
Crédito sobre Clientes (líquido)	1.233.888	1.251.880	1.249.555
Situação Líquida	125.231	118.726	120.615
Capital Financiado no ano	510.117	466.507	427.741
Margem Financeira	43.805	46.038	49.298
Produto Bancário	54.055	54.830	58.821
Resultado líquido	16.663	8.025	10.410
Resultado líquido por ação (em cêntimos)	25,0	12,1	15,6
Rácio de Solvabilidade Consolidado	9,5%	10,8%	10,5%
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base	8,4%	9,5%	9,2%
Produto bancário / Activo líquido médio	5,0%	4,3%	4,5%
ROA (médio)	1,5%	0,6%	0,8%
Resultado antes de impostos e interesses minoritários / Activo líquido médio	2,2%	1,3%	1,2%
ROE (médio)	16,1%	6,6%	8,7%
Resultado antes de impostos e interesses minoritários / Capitais próprios médios	22,8%	13,2%	12,7%
Crédito vencido com mais de 90 dias / Crédito Total	1,9%	2,6%	3,6%
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	2,7%	3,3%	4,1%
Crédito com Incumprimento, líquido / Crédito Total, líquido	0,9%	0,7%	0,8%
Imparidade de Crédito / Crédito vencido a cliente final	116,0%	115,6%	110,0%

Com o agravamento da situação macroeconómica do país, a procura por produtos e serviços prestados pelo BSCP sofreu um ligeiro decréscimo, principalmente durante o ano de 2008. Contudo, estes valores têm vindo a ser recuperados nos últimos dois anos. Com a estagnação do mercado automóvel, principal segmento de actividade do banco, o BSCP viu-se forçado a reforçar e solidificar a sua actividade em outros serviços de crédito. Abaixo na Tabela 2.5 está apresentada a composição, por sector de actividade, dos serviços prestados a clientes (excluindo crédito e juros vencidos) para o período 2007-2009. Pode-se verificar a evolução positiva da actividade do BSCP, sobretudo ao nível de clientes particulares.

Tabela 2.5 - Crédito a clientes por sector actividade 2007-2009*(Montantes expressos em Euros)*

Crédito a Clientes por sector actividade			
	2007	2008	2009
Comércio a retalho	189.474.039	16.012.825	12.598.616
Construção	23.277.187	20.941.276	15.342.300
Serviços	17.659.688	17.366.411	13.132.473
Comércio por grosso	15.147.389	14.637.618	11.332.000
Transportes e comunicações	9.360.870	10.009.187	8.759.445
Indústrias Extractivas	4.697.456	5.360.118	6.316.033
Restaurantes e hotéis	4.926.902	4.366.882	3.041.062
Papel, artes gráficas e editoras	4.201.363	4.138.679	3.916.093
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	3.130.072	3.047.261	2.178.446
Alimentação, bebidas e Tabaco	2.370.276	2.197.330	1.745.874
Agricultura e Silvicultura	2.370.679	2.141.681	1.595.989
Têxteis	1.157.311	1.047.439	723.356
Madeira e cortiça	1.253.734	963.328	660.166
Químicas	339.333	326.508	299.982
Electricidade, água e gás	103.253	80.841	132.638
Particulares	888.757.279	885.451.728	890.043.577
Outras actividades	46.266.985	246.123.852	256.128.444
	1.214.493.816	1.234.212.964	1.227.946.493

É também importante analisar a evolução da Margem Financeira do BSCP, de modo a verificar a evolução do seu lucro como instituição de crédito medido pela diferença entre juros cobrados por financiamento (taxa juro activa) e os juros remunerados por depósitos (taxa de juro passiva). Na Tabela 2.6 é possível observar o crescimento da Margem Financeira no período de 2007-2009.

Tabela 2.6 - Composição da Margem Financeira BSCP 2007-2009*(Montantes expressos em Euros)*

Composição Margem Financeira			
	2007	2008	2009
Juros e proveitos similares			
. Juros de financiamento de vendas a crédito e financiamento em conta corrente	66.804.984	73.555.739	70.168.852
. Juros de crédito em locação	26.000.237	25.296.373	20.396.850
. Comissões associadas ao custo amortizado			
De intermediação	-	-	-11.363.735
Rappel	-	-	-4.899.400
Apoio Fixo	-	-	-618.489
. Juros de derivados de negociação	-	-	5.851.703
. Juros de adiantamentos de factoring	4.063.539	6.990.269	5.200.556
. Juros de financiamento através de cartão de crédito	1.618.109	1.556.157	1.498.439
. Comissões de abertura de contrato	4.506.808	4.215.171	3.159.418
. Outros juros e proveitos			
Operações de concessão de crédito	113.968	44.178	38.734
Outros	169.795	224.230	58.791
	103.277.440	111.882.117	89.491.720
Juros e custos similares			
. Juros de recursos de instituições de crédito	37.680.484	43.854.914	33.589.062
. Comissões			
De intermediação	12.473.356	13.054.952	-
Rappel	5.524.515	4.923.798	476.842
. Acordos de participação	2.481.399	2.694.873	-
. Juros de empréstimos subordinados	711.391	883.318	-
. Juros de depósitos de outros residentes	311.738	180.556	2.241
. Juros de operações de factoring	289.392	252.077	90.145
. Juros de derivados de negociação	-	-	5.879.577
. Outros	-	41	156.123
	59.472.275	65.844.529	40.193.989
Margem Financeira	43.805.165	46.037.588	49.297.731

Com o crescimento da actividade, é expectável que a exposição do BSCP ao risco de crédito também seja maior, pois o incremento da sua carteira de clientes poderá significar maior probabilidade de risco de incumprimento. Neste sentido o banco tem tentado reduzir a exposição ao risco limitando o acesso ao crédito a clientes com índices de incumprimento mais elevados. Deste modo, e como apresentado na Tabela 2.7, a exposição máxima de Risco de Crédito do BSCP sofreu uma quebra no período de 2007-2009.

Tabela 2.7 - Exposição máxima de Risco de Crédito do BSCP 2007-2009*(Montantes expressos em Euros)*

Exposição máxima de Risco de Crédito				
2007	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Imparidade e Provisões	Valor de balanço líquido
Patrimoniais				
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	6.637.865	6.637.865	-	6.637.865
Crédito a clientes excluindo encargos diferidos	1.246.340.838	1.270.755.574	-36.867.214	1.233.888.360
Outros activos excluindo encargos diferidos	7.787.878	7.787.878	-2.044.516	5.743.362
	<u>1.260.766.581</u>	<u>1.285.181.317</u>	<u>-38.911.730</u>	<u>1.246.269.587</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias prestadas	2.176.894	2.176.894	-21.769	2.155.125
Compromissos Irrevogáveis	246.751.595	246.751.595	-40.461	246.711.134
	<u>248.928.489</u>	<u>248.928.489</u>	<u>-62.230</u>	<u>248.866.259</u>
2008	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Imparidade e Provisões	Valor de balanço líquido
Patrimoniais				
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	3.600.085	3.600.085	-	3.600.085
Crédito a clientes excluindo encargos diferidos	1.281.878.814	1.284.705.168	-55.020.080	1.229.685.088
Outros activos excluindo encargos diferidos	24.122.399	24.122.399	-988.864	23.133.535
	<u>1.309.601.298</u>	<u>1.312.427.652</u>	<u>-56.008.944</u>	<u>1.256.418.708</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias prestadas	776.894	776.894	-7.769	769.125
Compromissos Irrevogáveis	105.875.041	105.875.041	-50.452	105.824.589
	<u>106.651.935</u>	<u>106.651.935</u>	<u>-58.221</u>	<u>106.593.714</u>
2009	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Imparidade e Provisões	Valor de balanço líquido
Patrimoniais				
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	29.814.467	29.814.467	-	29.814.467
Activos Financeiros detidos para negociação	-	5.362.985	-	5.362.985
Crédito a clientes excluindo encargos diferidos	1.282.129.199	1.284.204.572	-59.643.505	1.224.561.067
Outros activos excluindo encargos diferidos	20.557.981	20.557.981	-2.669.812	17.888.169
	<u>1.332.501.647</u>	<u>1.339.940.005</u>	<u>-62.313.317</u>	<u>1.277.626.688</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias prestadas	776.894	776.894	-7.769	769.125
Compromissos Irrevogáveis	99.997.034	99.997.034	-114.498	99.882.536
	<u>100.773.928</u>	<u>100.773.928</u>	<u>-122.267</u>	<u>100.651.661</u>

2.4 PRODUTOS E SERVIÇOS COMERCIALIZADOS

O mercado alvo do Santander Consumer é o financiamento ao consumo a nível particular e empresarial. A actividade está assim organizada em dois grandes segmentos de negócio: a Banca de Retalho e a Banca de Não Retalho. No primeiro estão incluídos os serviços prestados pelo banco ao nível da concessão de crédito a particulares assim como os depósitos captados junto de clientes. A Banca de Não Retalho engloba toda a actividade desenvolvida na concessão de crédito a empresas para apoio de tesouraria.

Sendo o sector automóvel o principal alvo de mercado do banco, a grande quota de crédito que concede é para a compra de viaturas a nível particular, assim como de produtos financeiros que apoiem a actividade de empresas que actuam neste ramo.

Nos pontos subsequentes apresentam-se os principais produtos comercializados pelo banco.

2.4.1 PARTICULARES

Na Banca de Retalho, o crédito concedido a particulares, pode-se dividir em duas grandes áreas: crédito automóvel e crédito ao consumo.

No primeiro, existem quatro produtos de destaque para o financiamento à aquisição de um veículo: o crédito tradicional, o crédito inter-solução, o leasing e o ALD. O crédito tradicional (caracterizado pela concessão de crédito por um período definido com pagamento de juros e sem qualquer valor adicional no final do contrato) e o inter-solução assemelham-se ao nível do registo do veículo, que é feito em nome do cliente (sendo este responsável pela escolha do seguro). Contudo estas duas soluções distinguem-se no modo de amortização do empréstimo, pois o crédito inter-solução permite ao cliente ajustar o valor da prestação mensal consoante a sua disponibilidade financeira, podendo reduzir o prazo e as prestações seguintes, o que não sucede no crédito tradicional que tem uma prestação mensal fixada no início do contrato. Já outra modalidade de financiamento, o leasing, permite ao cliente que o veículo fique em seu nome em termos de registo, mas com reserva de propriedade do BSCP. Com a

possibilidade de pagar parte do valor financiado no final do contrato, o cliente pode diminuir o valor da prestação, pois quanto maior for o pagamento final (valor residual), menor será o valor da prestação mensal, sendo que os juros podem ser tributados sobre taxas de juro variáveis, fixas ou mistas. Por último, o ALD (Aluguer de Longa Duração) caracteriza-se pelo pagamento de uma renda durante um período definido e durante o qual a viatura encontra-se em nome do Banco, sendo que após o pagamento integral do valor financiado, o veículo passa automaticamente para nome do cliente.

Relativamente ao crédito ao consumo, o cartão de crédito tradicional é o produto comumente utilizado pelos clientes já que apresenta condições similares às dos outros bancos (apresenta um limite de crédito consoante o perfil do cliente e é exigido o pagamento de juros no caso de não haver pagamento integral do valor gasto). Contudo, o Santander Consumer disponibiliza outras modalidades de financiamento. Os clientes podem optar por um empréstimo pessoal, em que é financiado um determinado valor para gastos pessoais, sendo este amortizado em prestações mensais determinadas no início do contrato. Existe ainda outro meio de financiamento pessoal através de parcerias com outras empresas, onde os clientes podem adquirir os seus produtos ou serviços recorrendo ao crédito pré-aprovado do BSCP. Alguns parceiros do BSCP para este tipo de crédito são o Holmes Place, Media Market ou Cortefiel.

De referir ainda que todas as concessões de crédito a particulares passam por um modelo de decisão automático (scoring), que define o perfil do actual/potencial cliente e atribui uma valorização, de modo a quantificar o risco de incumprimento para o banco. Essa valorização atribuída a particulares tem como base as diversas variáveis do negócio, como por exemplo os rendimentos dos clientes, assim como as despesas destes em instituições de crédito e é quantificado numa escala de 1 (risco baixo) a 4 (risco elevado), sendo que a clientes em início de relação contratual é atribuído o nível 5 por não existir histórico de financiamento com o BSCP. Os pedidos de financiamento a particulares são directamente decididos por esse scoring ou, quando o modelo automático assim o indicar, por analistas de crédito.

2.4.2 EMPRESAS

Relativamente ao crédito atribuído a empresas, o Santander Consumer apoia-se em produtos financeiros de curto prazo, focalizando-se nomeadamente na atribuição de Factoring, Contas Correntes Caucionadas ou Limites de Crédito (ou Linhas de Crédito).

Como referido anteriormente, grande parte dos clientes do banco são empresas que actuam no ramo automóvel, pelo que estes produtos são utilizados, maioritariamente, para campanhas de financiamento, crédito para adquirir viaturas novas ou apoio à tesouraria.

O Factoring permite às empresas a antecipação dos recebimentos dos seus clientes, através de um mecanismo financeiro onde o Banco toma os créditos de curto prazo que os clientes têm para com a empresa, antecipando-lhe esse valor. Este produto irá permitir à empresa não só reduzir o risco e responsabilidade de cobrança dos créditos (assim como toda a carga administrativa inerente a este processo), mas também reduzir os prazos médios de recebimentos, o que permite uma melhoria na gestão de tesouraria pois irá receber atempadamente o fundo de maneio necessário para o financiamento do seu ciclo de exploração. Com este produto, o risco de incumprimento decai na totalidade para o Banco, contudo, e mediante um caso de sucessivos incumprimentos, este poderá suspender o crédito.

A Conta Corrente Caucionada consiste num empréstimo de curto prazo, onde o Banco disponibiliza ao cliente um limite de crédito que poderá ser ou não utilizado na totalidade. Com este produto a empresa tem flexibilidade na aplicação do montante financiado pois poderá usá-lo quando for financeiramente conveniente e apenas pagará juros de acordo com a utilização que fizer. Este produto é simples de utilizar na medida em que é criada uma conta na qual a empresa tem a liberdade de movimentar sempre que for necessário para a sua actividade até ao montante limite de financiamento. Normalmente este produto tem um prazo de 6 meses sendo muitas vezes requerido pelo Banco garantias reais da empresa (como garantia bancária, hipoteca, livrança com aval ou penhor de aplicação financeira). A maior desvantagem do recurso a este produto prende-se com a utilização sistemática da totalidade do crédito financiado, pois esta

situação poderá originar à empresa custos elevados ao nível de serviços bancários inerentes à renovação da conta corrente.

Por último, o Limite de Crédito (ou Linha de Crédito) é uma ferramenta financeira que permite às empresas se financiarem perante o Banco para fazer face às suas limitações de exploração. Com este produto, a empresa vai apenas requerer junto do banco, o montante necessário para fazer face a custos decorrentes da sua actividade. O montante a atribuir pelo banco depende da qualidade do risco do cliente, ou seja, se se tratar de uma empresa com uma boa situação financeira e de baixo risco para o banco, então o montante a atribuir de crédito será maior que o de uma empresa com menos capacidades financeiras. Contrariamente à Conta Corrente Cauçionada, o recurso à Linha de Crédito prevê o pagamento de juros sobre a totalidade do montante financiado, seja ou não utilizado pela empresa.

Tal como o crédito atribuído a clientes particulares, também o montante de financiamento atribuído a empresas é alvo de cuidada análise e aprovação por parte de analistas. Essa análise é efectuada e estudada no capítulo 5.

2.5 REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

O estágio afecto à elaboração do presente relatório foi efectuado durante um período de 6 meses, com início em Maio de 2009. O mesmo visou a integração na equipa da área de não retalho da direcção de risco e recuperação de crédito do Banco Santander Consumer Portugal.

Neste ponto é feita uma apresentação do departamento e a sua importância para o BSCP e são descritas as actividades desenvolvidas ao longo do estágio.

2.5.1 DEPARTAMENTO

A análise de crédito que é concedido por uma instituição financeira é uma tarefa relevante, na medida em que o incumprimento dos clientes poderá comprometer os resultados do banco. Num ambiente de recessão económica, como o vivido actualmente,

é fulcral que as instituições financeiras tenham um departamento de risco de crédito eficaz e bem estruturado nas suas responsabilidades, de modo a garantir a sustentabilidade dos resultados do banco e permitir que este continue a desenvolver as suas actividades.

A partir de 2007, o BSCP decidiu agregar o Departamento de Risco e o de Recuperação de Crédito para que todo o processo de concessão a clientes fosse efectuado dentro da mesma direcção. Deste modo, o banco conseguiu uniformizar processos de gestão e reduzir tempo de decisão.

As actividades do Departamento de Risco e Recuperação de Crédito (DRRC) do BSCP são asseguradas por uma estrutura interna que engloba actualmente duas grandes áreas. Uma área é a concessão de crédito, que por sua vez se decompõem em duas equipas, uma responsável pela análise do risco de clientes particulares e outra que analisa o risco de crédito a empresas. Outra área é a de recuperação de crédito que faz o acompanhamento dos casos de incumprimento por parte dos clientes, gere o crédito litigioso tratando das situações não resolvidas pela área de recuperação de crédito e que são acompanhadas a nível jurídico.

O estágio que efectuei foi na área de concessão de crédito, especificamente na equipa de análise de financiamento a empresas. Esta área está dividida em duas equipas de acordo com a qualificação de cada cliente - a equipa de retalho e a equipa de não retalho. A primeira está encarregue de avaliar o perfil de clientes particulares, qualificando o cliente de acordo com um nível de risco e um nível de exposição máxima de crédito, que permite definir qual será o montante máximo que o BSCP poderá atribuir a cada cliente. A esta equipa chegam propostas de crédito referentes aos produtos mencionados no ponto 2.4.1. Por outro lado, a equipa de não retalho analisa o perfil de empresas que sejam clientes ou potenciais clientes do BSCP, de modo a poder definir qual o montante a atribuir a cada empresa para suporte à sua actividade operacional. Neste caso os produtos alvos de avaliação são os mencionados no ponto 2.4.2.

De referir que o processo de concessão de crédito na DRRC do BSCP é suportado por modelos de avaliação de risco desenvolvidos internamente (modelo de rating que é mencionado no capítulo 4) que se baseiam, entre outros aspectos, no historial de crédito do cliente com o BSCP e na análise dos dados financeiros e económicos deste.

2.5.2 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

O estágio iniciou-se pela apresentação do BSCP, das suas Direcções/Departamentos e das actividades desenvolvidas pelo banco.

A integração no DRRC, especificamente na equipa de não retalho da área de concessão de crédito, iniciou-se com uma formação sobre os produtos comercializados (explicados no ponto 2.4.2), metodologias de análise e bases de dados utilizados na área.

A minha actividade centrou-se na elaboração de relatórios de crédito, assentes na informação contabilística das empresas clientes e na consulta de dados internos e externos referentes aos clientes e ao sector de mercado onde actuam. Estes relatórios apresentam duas vertentes, um utilizado para empresas mais pequenas e portanto com menor exposição de crédito, e outro para análise de empresas com maior dimensão e exposição de crédito.

O primeiro, designado de Relatório Sintético de atribuição de Crédito, destina-se a empresas com exposição de crédito inferior a 150.000€ sendo, por este motivo, feita uma análise mais simples à actividade do cliente, utilizando apenas os rácios económico-financeiros mais relevantes para a concessão de crédito e o histórico com o BSCP. Nestes casos, sendo uma exposição de crédito menor, a decisão de atribuição do montante de financiamento é tomada pelos analistas.

Para as empresas com exposição de crédito superior a 150.000€, utiliza-se o Relatório de Crédito com Modelo de Rating. Neste tipo de relatório, é atribuído um rating interno a cada empresa, sendo por isso necessária que toda a análise seja mais cuidada. Deste modo, além da análise económico-financeira e da avaliação à exposição do cliente com o BSCP, são analisados factores não financeiros relacionados com a empresa e com o sector de mercado onde actua. Nos casos referentes à atribuição de rating, o mesmo é definido por analistas, sendo a decisão de atribuição de financiamento tomada de acordo com o rating atribuído, sendo que quando a exposição de crédito é superior a 2.000.000€, a decisão tem de ser apresentada e submetida à aprovação da Comissão Executiva do BSCP.

No Anexo V é ilustrado um quadro resumo das actividades desenvolvidas e horas dispendidas em cada tarefa.

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DE EMPRESAS

Neste capítulo é feita uma revisão de literatura dos temas que são alvos de estudo no capítulo 5, e de acordo com as actividades efectuadas durante o estágio curricular no BSCP.

O enfoque deste capítulo é a análise de empresas, nomeadamente a importância, objectivos no âmbito da atribuição de crédito e processo. São também abordados os rácios financeiros.

3.1 IMPORTÂNCIA E OBJECTIVOS

Em primeiro lugar é necessário distinguir a análise e a gestão financeira de uma empresa. A análise financeira relaciona-se com a avaliação da viabilidade de um negócio ou projecto e a capacidade deste gerar lucros. Por outro lado, cabe à gestão financeira as análises, decisões e actuações relacionadas com os meios financeiros necessários à actividade das empresas. Deste modo, para uma correcta gestão financeira de uma empresa é necessário ter sido feita uma eficiente análise financeira. Contudo, podem existir diversos enfoques da análise financeira para a mesma empresa, de acordo com o objectivo e destinatário da mesma. Assim poderão surgir conflitos de interesse já que, por exemplo, a análise feita por um accionista terá resultados diferentes de uma análise feita por um credor.

A importância da análise de empresas está relacionada com a necessidade de conhecer a sua situação financeira e económica num determinado espaço temporal e poder comparar a evolução histórica, identificando os seus pontos fortes e fracos.

Quando esta análise é feita por instituições financeiras, é importante uma avaliação pormenorizada, uma vez que é necessário gerir o risco de negócio (risco de incumprimento) de forma eficaz.

Assim, o principal objectivo da análise económico-financeira no âmbito do estágio curricular no BSCP é a minimização do risco de crédito do banco ao conceder financiamentos aos seus clientes.

3.2 PROCESSO DE ANÁLISE

Para se iniciar um processo de análise é necessário primeiro identificar qual o destinatário deste e quais os seus objectivos. A análise é efectuada como instrumento de comunicação interno ou como diagnóstico externo. No estágio efectuado, a análise económico-financeira é feita internamente e com o objectivo de avaliar a capacidade financeira do potencial/actual cliente.

Neste ponto são referidas as fontes de informação para a análise de uma empresa e é feita uma distinção entre análise económica e análise financeira, especificando cada uma delas.

3.2.1 RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Os dados utilizados para a análise económico-financeira de uma empresa são os que se encontram retractados nos seus dois principais documentos financeiros, o Balanço e a Demonstração de Resultados (DR). Por vezes é também utilizada a Demonstração dos Fluxos de Caixa como documento auxiliar.

O Balanço espelha a situação patrimonial de uma empresa numa determinada data. Permite avaliar a situação líquida da empresa pela diferença entre o Activo e o Passivo, permitindo uma avaliação financeira da empresa.

Por outro lado, a DR apura os resultados da actividade corrente conseguidos por uma empresa ao longo de um período (entre duas datas de Balanço), permitindo uma avaliação económica da empresa.

A Demonstração de Fluxos de Caixa é um documento auxiliar, na medida em que relata as alterações na posição financeira de uma empresa durante um período.

Segundo Neves (2000), a informação disponível nos documentos financeiros supra mencionados deverá ser útil, compreensível e acessível a todos os que pretendam analisar e avaliar a empresa em questão e a sua aplicação permite que a informação transpareça a verdadeira imagem da situação financeira e dos resultados da empresa. Assim, a informação deverá ser relevante, fiável e comparável.

Informação relevante pois deverá ter qualidade que permita influenciar as tomadas de decisão dos utilizadores, ajudando numa correcta avaliação/análise.

A fiabilidade da informação traduz-se na apresentação da verdadeira realidade económico-financeira da empresa, devendo por isso estar isenta de erros materiais e juízos prévios.

Por último, a comparabilidade significa que a informação deverá ser registada de forma consistente pela empresa durante a sua vida, de modo a que se possam identificar tendências na posição financeira e nos resultados apresentados. É assim importante que as empresas adoptem princípios de normalização contabilística semelhantes de modo a conseguir comparabilidade entre elas.

3.2.2 ANÁLISE ECONÓMICA

Como mencionado anteriormente, a análise económica (também designada como análise dinâmica) baseia-se na informação retirada da DR e surge numa perspectiva de cadeia de valor. O seu processo assenta principalmente na análise do rácio R.O.E. (*Return On Equity*), na decomposição dos principais itens da Demonstração de Resultados e na avaliação dos resultados e da sua distribuição.

O R.O.E. é um indicador que permite avaliar a forma como a empresa está a devolver lucro aos seus accionistas. Neste tipo de análise é frequente o uso do Modelo Dupond para decompor os factores que determinam o R.O.E., sendo que este rácio é analisado no ponto 3.3.

Os principais itens que compõem a DR e são utilizados numa óptica de análise económica são: Volume de Negócios, Margem Bruta, Resultado Operacional e Resultado Líquido. Estes encontram-se interligados e representam o valor que a principal actividade da empresa acrescenta aos seus *stakeholders*.

Quanto maior for o Volume de Negócios e a Margem Bruta, maior poderá ser o Resultado Operacional, o que influencia positivamente o Resultado Líquido da empresa. Na análise económica podem ser comparados rácios que expressem os índices de desenvolvimento da actividade da empresa e que avaliem a eficiência das decisões tomadas relativamente aos recursos aplicados pela empresa, sendo que estes são também analisados no ponto 3.3.

Relativamente à avaliação e distribuição dos resultados (*Profitability Management*), destina-se à análise da gestão de decisões segundo uma perspectiva de proveitos. Para esta análise são utilizados rácios de mercado como: *Market rate of return* (Rjt), Ganhos por acção (EPS), Preço por acção (PER), Taxa de Distribuição Dividendos e Crescimento Sustentado (G). Estes rácios são analisados no ponto 3.3.

3.2.3 ANÁLISE FINANCEIRA

A análise financeira de uma empresa consiste em avaliar o equilíbrio financeiro, as necessidades de financiamento da actividade e a situação de tesouraria, ou seja, avaliar a estrutura financeira da empresa em análise. A informação utilizada é retirada do Balanço da empresa, pelo que é usual referir-se como análise estática pois é feita baseada nos dados numa determinada data.

O processo de análise financeira baseia-se nos rácios de liquidez, de alavanca financeira (ou solvabilidade) e na avaliação do equilíbrio financeiro.

Os rácios de liquidez medem o equilíbrio da empresa numa óptica de financiamento de curto prazo. Enquanto os rácios de alavanca financeira destinam-se a avaliar as implicações que as dívidas da empresa têm na sua principal actividade. Estes indicadores financeiros são mencionados e analisados no ponto 3.3.

A avaliação do equilíbrio financeiro pode ser efectuada em três níveis: Fundo de Maneio, Necessidades de Fundo de Maneio e Situação de Tesouraria.

O Fundo de Maneio representa a parte dos fundos estáveis que financia o ciclo de exploração, definindo-se pela diferença entre os capitais permanentes e o activo fixo (imobilizado).

As Necessidades de Fundo de Maneio são calculadas através da diferença entre as necessidades cíclicas¹ e os recursos cíclicos². Quando este resultado é positivo há necessidades de exploração, ao invés quando é negativo significa que existe excedente de exploração.

Finalmente, as operações de tesouraria resultam da diferença entre as operações de tesouraria do activo – aplicações - e as operações de tesouraria do passivo - recursos.

3.3 ESTIMAÇÃO E ANÁLISE DE RÁCIOS FINANCEIROS

O cálculo de rácios financeiros é muito utilizado pelos agentes envolvidos em análises económico-financeiras de empresas. Isso deve-se ao facto destes rácios possibilitarem que a análise seja feita de forma mais fácil e compreensível para os utilizadores. Mais fácil pois o cálculo de rácios permite avaliar a evolução económico-financeira de uma empresa entre anos de actividade, e permite comparar valores entre empresas do mesmo sector de actividade. De melhor compreensão pois os resultados são apresentados e calculados através de fórmulas simples e com base em dados quantitativos.

Outra vantagem da aplicação de rácios financeiros refere-se à utilização de grandes quantidades de informação de modo sintético e objectivo, sendo possível determinar a performance da empresa em diversos aspectos como rentabilidade, liquidez ou solvabilidade.

¹ As Necessidades Cíclicas são constituídas pelas seguintes rubricas do Activo: Existências, Clientes, Adiantamento a Fornecedores, Estado e Outros Entes Públicos a receber e Outros devedores de exploração.

² Os Fornecedores, Adiantamento de Clientes, Estado e Outros Entes Públicos a pagar e Outros Credores de exploração são as rubricas que pertencem aos Recursos Cíclicos.

Contudo, é necessário que se recorra aos rácios financeiros com alguma prudência, pois estes apresentam algumas limitações que podem conduzir a conclusões pouco significativas ou incorrectas. Assim, as principais limitações do uso deste método são:

- No caso de existirem incorrecções ou alterações às políticas contabilísticas ao nível das demonstrações financeiras (Balanço e DR), os rácios financeiros irão reflectir essas incorrecções ou distorções;
- Tratando-se de dados quantitativos, os rácios financeiros não têm em consideração factores qualitativos como a ética, motivação ou qualidade/capacidade técnica dos quadros da empresa;
- A análise é efectuada recorrendo a conhecimentos sobre o passado da empresa, não reflectindo o futuro, pelo que o analista não deverá pressupor que as conclusões retiradas se aplicam ao futuro;
- A comparação de rácios entre empresas do mesmo sector poderá não ser correcta devido às diferenças entre as práticas contabilísticas das empresas.

A escolha dos rácios a utilizar depende do objectivo de análise, sendo por isso feita uma classificação dos mesmos. Assim, pode-se dividir os rácios em cinco grandes grupos: alavanca financeira, liquidez, rentabilidade, actividade e rácios baseados no mercado.

3.3.1 RÁCIOS DE ALAVANCA FINANCEIRA

Os rácios de Alavanca Financeira (ou Solvabilidade ou Endividamento) reflectem a capacidade que a empresa tem em cumprir os seus compromissos, ou seja, avaliam se a estratégia de financiamento e a gestão dos capitais alheios estão a ser adequadas às actividades e necessidades da empresa. São rácios associados à análise financeira pelo que a informação utilizada no cálculo advém do Balanço da empresa. Destes rácios, destacam-se o rácio de endividamento, de cobertura de encargos financeiros, de recuperação de dívida, de autonomia financeira e de solvabilidade.

➤ Rácio de Endividamento

Este rácio reflecte o montante de Capital Alheio que a empresa utiliza no financiamento da sua actividade. Um rácio superior a um traduz um excesso de endividamento. É dado pela seguinte fórmula:

$$\text{Debt to Equity Ratio} = \frac{\text{Capital Alheio}}{\text{Capital Próprio}} \quad (3.1)$$

Interessa também perceber se o endividamento é maioritariamente de Curto Prazo ou de Médio/Longo Prazo, pois este factor tem implicações ao nível da tesouraria uma vez que quanto maior for o endividamento de Curto Prazo maior pressão existe na gestão de tesouraria. Assim, pode-se calcular qual a percentagem de financiamento de longo prazo existente no financiamento total, através:

$$\text{Estrutura do Endividamento} = \frac{\text{Capitais Alheios de Longo Prazo}}{\text{Total do Capital Alheio}} \quad (3.2)$$

➤ Rácio de Cobertura de Encargos Financeiros ou pelo EBITDA ou pelo Cash Flow Operacional

Representa a capacidade que a empresa tem, ao nível da actividade, em cumprir o pagamento dos seus encargos. Quando maior for este rácio, melhores condições tem a empresa de gerar recursos que lhe permitam cumprir as obrigações financeiras.

O rácio de cobertura de encargos financeiros pode ser calculado utilizando o EBITDA ou o Cash Flow Operacional. O EBITDA traduz-se nos ganhos operacionais antes de impostos, taxas, depreciações e amortizações, ou seja, são os Resultados Operacionais diminuídos do valor das amortizações e provisões. Por outro lado, o Cash Flow Operacional engloba todas as rubricas relacionadas com a actividade de exploração, incluindo amortizações e provisões referentes a rubricas operacionais.

Este indicador pode decompor-se em dois, analisando de um lado os encargos financeiros (apenas são considerados os juros), e por outro o serviço de dívida (reflecte os juros e o Capital).

$$\text{Cobertura Encargos Financeiros} = \frac{\text{Resultado Operacional} \pm \text{Amortizações} \pm \text{Provisões}}{\text{Encargos Financeiros}} \quad (3.3)$$

Ou,

$$\text{Cobertura Serviço da Dívida} = \frac{\text{Resultado Operacional} \pm \text{Amortizações} \pm \text{Provisões}}{\text{Serviço da Dívida}} \quad (3.4)$$

➤ Rácio de Recuperação de Dívida

Permite calcular uma estimativa do número de anos em que a empresa é capaz de cumprir com as suas dívidas, *ceteris paribus*. É calculado pela fórmula:

$$\text{Período de Recuperação de Dívida} = \frac{\text{Empréstimos em Dívida}}{\text{Auto Financiamento}} \quad (3.5)$$

Onde,

$$\text{Auto Financiamento} = \text{Resultado Líquido} + \text{Amortizações} + \text{Provisões} \quad (3.6)$$

Para uma análise à empresa feita por credores, este rácio torna-se bastante importante na decisão de atribuir ou não crédito adicional, pois reflecte a probabilidade de a empresa entrar ou não em incumprimento. Empresas com períodos de recuperação de dívida menores têm maior probabilidade de ver aprovado o pedido de financiamento.

➤ Rácio de Autonomia Financeira

Este rácio é um dos mais utilizados pelos analistas de crédito. Mede a capacidade que a empresa tem em remunerar o seu Activo utilizando apenas os Capitais Próprios. O

resultado deste rácio depende do sector de actividade onde a empresa se insere devido à composição do Activo, contudo quanto maior for o seu valor maior estabilidade financeira tem a empresa, logo menor risco tem de falência (o valor é dado em percentagem).

$$\text{Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total Activo}} \quad (3.7)$$

➤ Rácio de Solvabilidade

Expressa a capacidade que a empresa tem em satisfazer os seus compromissos à medida que estes vencem. Um valor superior a um significa que o valor do património é suficiente para cobrir todas as dívidas da empresa, enquanto um valor inferior a um reflecte a impossibilidade da empresa satisfazer todos os compromissos com os recursos próprios (o resultado é apresentado em percentagem).

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total Passivo}} \quad (3.8)$$

3.3.2 RÁCIOS DE LIQUIDEZ

A liquidez de uma empresa permite avaliar a facilidade com que esta dispõe de fundos para fazer face aos compromissos e encargos imediatos, ou seja, de curto prazo. A análise dos rácios de liquidez permite também verificar a evolução da situação financeira de uma empresa, de modo a prevenir situações desfavoráveis que possam levar esta a vender activos desnecessariamente ou a recorrer sistematicamente ao crédito.

Quanto maior for o resultado apresentado, maior capacidade a empresa tem para satisfazer os compromissos, logo está menos exposta a risco de incumprimento.

A liquidez geral, a liquidez reduzida e a liquidez imediata compõem estes rácios.

➤ Rácio de Liquidez Geral

Permite avaliar a capacidade que a empresa tem de converter os activos em liquidez no curto prazo, liquidando todos os compromissos com essa maturidade.

Normalmente assume-se que valores superiores a um representarão uma boa situação financeira no curto prazo, mas é importante ter em consideração o ciclo de exploração da empresa para não tirar conclusões erradas, pois na prática não é usual os pagamentos de crédito e a alienação de existências serem feitos no imediato.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Activo Circulante}^3}{\text{Passivo Circulante}^4} \quad (3.9)$$

➤ Rácio de Liquidez Reduzida

Este rácio assemelha-se ao anterior, contudo admite que as Existências não podem ser transformadas em dinheiro no curto prazo, sendo tipicamente a componente menos líquida do Activo Circulante. Esta é uma medida adequada para destacar o peso das Existências numa empresa, já que se houver uma grande diferença entre a Liquidez Geral e a Liquidez Reduzida, poderá significar que existem stocks com elevados custos para a empresa.

Um valor adequado para este rácio situa-se no intervalo entre 0,9 e 1,1. Para resultados superiores a 1,1 a empresa tende a revelar uma capacidade excelente de gerar liquidez para fazer face às responsabilidades assumidas. É calculado através:

$$\text{Liquidez Reduzida} = \frac{\text{Activo Circulante-Existências}}{\text{Passivo Circulante}} \quad (3.10)$$

³ Activo Circulante engloba as contas do Activo que se antecipam serem convertíveis em dinheiro num prazo igual ou inferior ao tempo que dura o ciclo de exploração (normalmente um ano).

⁴ Passivo Circulante corresponde às Dívidas de Curto Prazo (Obrigações que têm um prazo igual ou inferior ao tempo que dura o ciclo de exploração da empresa).

➤ Rácio de Liquidez Imediata

Tal como os dois rácios mencionados anteriormente, a Liquidez Imediata permite avaliar a capacidade de a empresa suportar os compromissos de curto prazo, mas neste caso recorrendo apenas às suas disponibilidades. Neste rácio valores perto de um são demasiado elevados pois significam uma má aplicação dos fundos de tesouraria (valores disponíveis que são subutilizados ou decréscimos de actividade).

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}^5}{\text{Passivo Circulante}} \quad (3.11)$$

3.3.3 RÁCIOS DE RENDIBILIDADE

Os rácios de rentabilidade (expressos em percentagem) representam a capacidade da empresa em produzir resultados que permitam gerar margem líquida, rendimento ou remuneração para os accionistas/sócios. A análise de rentabilidade divide-se em três dimensões: comercial, económica e financeira.

➤ Rentabilidade Comercial

Analisa a relação entre os resultados e as vendas e a sua utilidade está relacionada essencialmente com o estudo da estrutura de custos de uma empresa. Quanto maior for o resultado, mais rentabilidade a empresa tem a nível comercial.

Se o interesse for avaliar a margem total das vendas obtida após os efeitos de exploração, financeiros e fiscal, ou seja, determinar qual o ganho da empresa por cada euro de venda, então é utilizado o Resultado Líquido e a fórmula é dada por:

$$\text{Rentabilidade das Vendas} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Vendas}} \quad (3.12)$$

⁵ Disponibilidades englobam as rubricas de Depósitos Bancários, Caixa e Títulos Negociáveis

Por outro lado, pode-se apenas analisar a margem total das vendas tendo em consideração apenas as actividades de exploração da empresa. Neste caso a relação será feita com o Resultado Operacional e a fórmula é:

$$\text{Rendibilidade Operacional das Vendas} = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Vendas}} \quad (3.13)$$

➤ Rendibilidade Económica

Apresenta o lucro obtido pela empresa face ao investimento nos seus activos, ou seja, mostra a capacidade dos activos da empresa em gerar resultados. Permite avaliar o desempenho dos capitais totais investidos na empresa independentemente da sua origem.

Quanto maior for o valor deste rácio, melhor será a performance operacional da empresa, o que significa que os activos estão a ser bem utilizados e a produzir bons resultados.

$$\text{Rendibilidade do Activo} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Total Activo}} \quad (3.14)$$

Contudo, a Rendibilidade do Activo pode ser calculada tem em consideração apenas o Resultado Operacional. Neste caso, este rácio é o melhor para comparações entre empresas do mesmo sector com diferentes situações fiscais e diferentes níveis de endividamento, pois apenas está a reflectir os resultados de exploração. Assim, a formula é dada por:

$$\text{Rendibilidade do Activo} = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Total Activo}} \quad (3.15)$$

➤ Rendibilidade Financeira

A análise através do rácio de rendibilidade financeira permite aos accionistas/investidores de uma empresa avaliar a taxa de retorno do capital que

investiram, podendo compará-la com as taxas de rendibilidade do mercado de capitais e tendo em consideração o custo de financiamento.

Quanto maior for o resultado, maior êxito terá o negócio, tornando mais fácil atrair novos investidores que poderão levar ao crescimento da empresa.

O rácio utilizado na rendibilidade financeira é o R.O.E (*Return On Equity*) e é dado pela seguinte fórmula:

$$\text{R.O.E.} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}} \quad (3.16)$$

É usual fazer uma análise detalhada ao R.O.E. utilizando a técnica de Análise de Dupond. Esta análise procura estudar a evolução da rendibilidade dos Capitais Próprios através da decomposição em vários factores explicativos. Deste modo, é possível compreender melhor as alterações do R.O.E. ao longo do tempo e verificar o impacto que os factores explicativos têm na rendibilidade do capital.

A Análise de Dupond tem em consideração três vertentes que podem explicar a evolução do R.O.E.: a margem de lucro, a rotação do Activo e a alavancagem financeira. Deste modo, o R.O.E. decompõem-se em:

$$\text{R.O.E.} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Vendas}} \times \frac{\text{Vendas}}{\text{Total Activo}} \times \frac{\text{Total Activo}}{\text{Capital Próprio}} \quad (3.17)$$

Onde,

$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Vendas}}$ Representa a Rendibilidade das Vendas ou Margem de Lucro.

$\frac{\text{Vendas}}{\text{Total Activo}}$ Traduz a Rotatividade das Vendas (valor das vendas por unidade do Activo).

$\frac{\text{Total Activo}}{\text{Capital Próprio}}$ Mede a Alavancagem Financeira (risco financeiro).

3.3.4 RÁCIOS DE ACTIVIDADE

Os rácios de actividade funcionam numa óptica de análise da eficiência das decisões na gestão dos recursos aplicados na actividade de uma empresa. A comparação de resultados nestes casos só é significativa se for feita entre empresas do mesmo sector uma vez estarem-se a avaliar componentes de actividade de exploração de empresas. Para esta análise são utilizados os rácios de rotação do activo, rotação das existências e prazos médios.

De modo a evitar transpor situações acidentais ocorridas em determinados períodos, é aconselhável o recurso a valores médios das rubricas do Balanço.

➤ Rotação do Activo

Mede o grau de eficácia na utilização dos activos da empresa. Um resultado elevado neste rácio ao longo do tempo traduz-se numa eficiência da empresa no aproveitamento dos activos, enquanto um valor reduzido pode significar subutilização de recursos.

$$\text{Rotação do Activo} = \frac{\text{Vendas}}{\text{Total Activo médio}} \quad (3.18)$$

Como expresso na fórmula, a Rotação do Activo pode ser interpretada como o número de vezes que o activo é convertido em vendas durante um determinado período de tempo.

➤ Rotação das Existências

Sugere os efeitos da gestão ao nível dos armazéns, ou seja, mostra a quantidade de stock em armazém que é convertido em vendas. Um valor elevado é visto como um sinal de eficiência, contudo a interpretação deste rácio não pode ser feita de forma linear pois uma rotação de existências elevada poderá significar que a empresa está numa situação de sobrevivência.

$$\text{Rotação das Existências} = \frac{\text{Vendas}}{\text{Existências médias}} \quad (3.19)$$

É usual analisar os stocks de uma empresa numa óptica diária e em detalhe por rubricas de modo a melhorar a avaliação à gestão feita ao nível das Existências. O objectivo será reduzir a permanência em armazém. Para tal são utilizadas as seguintes fórmulas:

$$\text{Permanência média de mercadorias} = \frac{\text{Existências médias mercadorias}}{\text{Custo Mercadorias Vendidas}} \times 365 \quad (3.20)$$

$$\text{Permanência média de matérias-primas} = \frac{\text{Existências médias matérias-primas}}{\text{Custo Mercadorias Vendidas}} \times 365 \quad (3.21)$$

$$\text{Permanência média produtos em curso} = \frac{\text{Existências médias produtos em curso}}{\text{Custo de Produção}} \times 365 \quad (3.22)$$

$$\text{Permanência média produtos acabados} = \frac{\text{Existências médias produtos acabados}}{\text{Custo dos Produtos Vendidos}} \times 365 \quad (3.23)$$

➤ Prazos médios

Estes rácios reflectem as decisões ao nível do ciclo de exploração da empresa relativamente aos pagamentos/recebimentos a fornecedores/de clientes (os resultados são apresentados em dias).

Para medir qual o prazo médio que os clientes de uma empresa demoram a pagar as dívidas é utilizado o rácio:

$$\text{Prazo médio de Recebimentos} = \frac{\text{Saldo médio dos Clientes}}{\text{Vendas}} \times 365 \quad (3.24)$$

Um resultado elevado neste rácio é desvantajoso para a empresa, podendo significar ineficiência de cobrança da empresa ou falta de poder negocial perante os seus clientes.

Relativamente aos fornecedores, para verificar a celeridade com que a empresa costuma pagar as dívidas a fornecedores é utilizada a fórmula:

$$\text{Prazo médio de Pagamentos} = \frac{\text{Saldo médio de Fornecedores}}{\text{Compras}} \times 365 \quad (3.25)$$

Neste caso um valor elevado poderá significar um forte poder negocial da empresa perante os seus fornecedores, ou poderá indicar dificuldades da empresa em satisfazer os seus compromissos.

3.3.5 RÁCIOS BASEADOS NO MERCADO

Em empresas cotadas em bolsa é muito frequente o uso de rácios que representam o valor da empresa com base em factores de mercado. Estes rácios são úteis para investidores e credores da empresa pois são bons instrumentos de comparação do valor de empresas cotadas no mercado de capitais.

➤ *Price Earnings Ratio*

É uma medida de valorização de uma empresa que relaciona os lucros líquidos com a sua cotação, traduzindo-se numa capitalização dos lucros. Pode ser visto como o tempo de retorno do investimento, ou seja, o número de vezes que as acções levam a obter lucro.

Se as empresas distribuíssem na totalidade os seus lucros, e não existisse crescimento, então o PER poderia traduzir-se no número de anos que os investidores demorariam a recuperar o investimento realizado.

$$\text{PER} = \frac{\text{Preço de Cotação}}{\text{Resultados por acção}} \quad (3.26)$$

Onde,

$$\text{Resultados por acção (EPS)} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Número acções}} \quad (3.27)$$

A interpretação dos resultados deste rácio prende-se com a informação presente no mercado e com as expectativas de crescimento das empresas.

Geralmente, um valor de PER alto indica que a empresa tem perspectivas de alto crescimento futuro, enquanto um PER baixo prevê um baixo crescimento ou estagnação. Quando o valor do PER é negativo indica que a empresa tem prejuízos.

Contudo um valor alto deste rácio também pode significar que a cotação da acção da empresa pode estar sobrevalorizada no mercado em comparação com os seus resultados contabilísticos.

➤ *Earnings Yield Ratio*

Mede os ganhos por acção dos investidores. É muito semelhante ao PER, sendo calculado inversamente a este.

$$\text{Earnings Yield} = \frac{\text{Resultados por acção}}{\text{Preço de Cotação}} \quad (3.28)$$

O resultado deste rácio é dado em percentagem, permitindo uma fácil comparação entre empresas, entre sectores de actividade e entre os ganhos de empresas comparativamente com os ganhos em obrigações.

➤ *Market Rate of Return (Rjt)*

Mede a rendibilidade do título no final de um ano de investimento. O retorno total de um accionista inclui as variações positivas das acções no mercado e a distribuição de dividendos aquando da aplicação do resultado do exercício. Quanto maior for o valor do rácio maior será a rendibilidade apresentada pelo título. A fórmula tem por base:

$$R_{jt} = \frac{(\text{Preço de cotação fecho ano} - \text{Preço cotação início ano}) + \text{Dividendos}}{\text{Preço de cotação início ano}} \quad (3.29)$$

➤ Dividendos

Os dividendos de uma empresa representam o rendimento dos seus accionistas. Uma forte politica de distribuição de dividendos pode traduzir numa maior procura de acções da empresa por parte de investidores pois constitui uma importante fonte de rendibilidade.

O rendimento atribuído aos dividendos é dado por:

$$\text{Rendimento em Dividendos} = \frac{\text{Dividendo por acção}}{\text{Preço de cotação}} \quad (3.30)$$

Onde,

$$\text{Dividendo por acção (DPS)} = \frac{\text{Dividendos}}{\text{Número acções}} \quad (3.31)$$

Este rácio reflecte o rendimento que cada accionista comum tem direito no momento da distribuição de dividendos.

Para calcular a percentagem do lucro do exercício que é distribuído pela empresa aos seus accionistas sob a forma de dividendos, é utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa Distribuição Dividendos} = \frac{\text{Dividendos}}{\text{Resultado Líquido}} \quad (3.32)$$

Este rácio é uma medida de política de dividendos da empresa, já que normalmente reflectem uma tendência.

De referir ainda que uma percentagem de distribuição de dividendos elevada nem sempre é a decisão mais acertada, pois poderá significar pouca sustentabilidade para o capital próprio.

➤ *Price Book Value*

Este rácio compara o valor de mercado da empresa com o seu valor contabilístico, permitindo avaliar se a empresa está a ser cotada ao seu justo valor. É dado pela expressão:

$$Price\ Book\ Value = \frac{\text{Preço de cotação}}{\text{Valor contabilístico por acção}} \quad (3.33)$$

➤ Crescimento Sustentado (G)

Indica qual o crescimento máximo expectável dos activos da empresa tendo por base a estrutura do capital e a política de distribuição de dividendos.

$$\text{Taxa de Crescimento Sustentada (G)} = \frac{\text{ROE (1-DPR)}}{1-[\text{ROE (1-DPR)}]} \quad (3.34)$$

3.4 FACTORES QUE INFLUENCIAM OS RESULTADOS

Como verificado na secção 3.3, os rácios financeiros são calculados com base em informação contabilística, sendo que a qualidade dessa informação pode limitar a avaliação dos resultados alcançados. Assim, o analista deverá sempre ter em conta a qualidade da informação que usa de modo a garantir a validade das suas conclusões.

Não existe uma definição concreta dos critérios de qualidade da informação a utilizar. Contudo, segundo Neves (2000), é prática utilizar as seguintes condições como indicadores de alta qualidade:

- A informação deve-se basear em princípios contabilísticos geralmente aceites para que o apuramento de resultados seja prudente e consistente ao longo dos anos de actividade da empresa;
- Os resultados devem ter origem na actividade de exploração da empresa e não em actividades esporádicas ou extraordinárias;
- A empresa não deverá estar numa situação de aproveitamento da lei fiscal pois uma alteração à mesma implicará o risco de grande redução dos resultados;

- A empresa deverá ter uma situação financeira razoável de modo a não estar exposta a um grande risco financeiro;
- Deve-se evitar que os resultados sofram impacto face à evolução da inflação ou dos movimentos cambiais;
- A evolução dos resultados deve ser estável de modo a servir de indicativo para os resultados futuros;
- A informação contabilística deverá ser apresentada de forma consistente de modo a satisfazer as necessidades do analista para os seus objectivos de análise.

Contudo, para a obtenção de resultados consistentes, não é suficiente que a informação utilizada seja de alta qualidade. O analista necessita também de ter em consideração outros factores que possam influenciar o resultado da sua análise.

➤ Meio envolvente

A realidade política e económica do país pode afectar as conclusões dos analistas, não sendo controlável pelos responsáveis da empresa. Esta situação é comum em empresas que actuam em países com instabilidade política e económica ou em países com políticas muito repressivas onde existe controlo sobre os preços. Nestes casos a qualidade dos resultados é afectada de forma negativa.

➤ Sector de actividade

A análise de uma empresa deverá ter em consideração o sector de actividade onde esta actua, pois as práticas contabilísticas podem diferir de sector para sector.

É também importante verificar o ciclo de vida do sector e se este é ou não controlado pelo Estado. Empresas que actuam em sectores públicos, onde exista regulamentação dos preços ou dos salários apresentam restrições na qualidade dos seus resultados.

➤ Accionistas/Sócios da empresa

Os analistas ao avaliarem uma empresa devem também ter em consideração o perfil dos accionistas/sócios (consoante for uma sociedade anónima ou uma sociedade por quotas) da empresa.

Este factor não é muito relevante em empresas de grande dimensão que se encontram cotadas em bolsa e cujas acções estão dispersas por um número elevado de investidores. Contudo, quando se avalia uma empresa de pequena ou média dimensão (PME), este factor é importante, pois o perfil do accionista/sócio da empresa pode ter impacto no cumprimento da empresa perante os seus credores.

Uma empresa que tenha accionistas/sócios com historial negativo perante as instituições financeiras tenderá a que a sua gestão financeira seja também efectuada nesses moldes, sendo por isso um factor de risco que os analistas deverão considerar.

➤ Questões contabilísticas

Existem alguns aspectos contabilísticos que os analistas devem ter em consideração aquando das suas conclusões.

Quando as empresas são auditadas é importante verificar a Certificação Legal de Contas elaborada pelos auditores, uma vez que esta pode apresentar algumas reservas⁶ ou ênfases⁷ que podem sugerir imprecisões na elaboração das demonstrações financeiras.

É também importante ter em consideração alterações nos métodos contabilísticos utilizados pela empresa pois estas poderão traduzir-se em grandes variações em algumas rubricas utilizadas nos rácios financeiros.

⁶ São circunstâncias que afectam a opinião do Auditor/Revisor pois podem ser materialmente relevantes para as demonstrações financeiras (por exemplo desacordos das políticas contabilísticas apontadas e do método da sua aplicação)

⁷ Destinam-se a destacar na CLC matérias que afectam as demonstrações financeiras mas que não afectam a opinião do Auditor/Revisor

4. RISCO DE CRÉDITO

No ambiente financeiro de instabilidade em que as empresas operam é cada vez mais importante a análise económico-financeira de empresas para uma rigorosa atribuição de crédito por parte das instituições financeiras.

Neste capítulo são definidos conceitos de risco de crédito, de rating e de *scoring* sendo referidas quais as limitações na atribuição de crédito e o impacto que a análise económico-financeira de empresas tem na mesma.

São também mencionados os sistemas de classificação de rating/score utilizados especificamente pelas instituições financeiras.

4.1 GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito representa um dos maiores problemas que as instituições financeiras enfrentam no âmbito da sua actividade de intermediação financeira. Ao concederem crédito a clientes, incorrem no risco de estes não cumprirem com as obrigações contratadas e consequentemente entrarem em incumprimento. Desta forma é fundamental que as instituições financeiras apresentem uma eficiente gestão e análise do risco de crédito de modo a diminuírem a proporção de incumprimentos da sua carteira de clientes.

4.1.1 RATING VS *SCORING*

Para analisarem o risco de crédito dos seus clientes, as instituições financeiras tendem em atribuir uma notação de modo a distinguir os clientes com um maior risco de crédito daqueles com menor. Esta notação representa a avaliação que é feita a um cliente ao nível da sua capacidade de fazer face ao serviço de dívida, ou seja, avalia o grau de probabilidade do cliente entrar em incumprimento.

Existem duas maneiras distintas de classificação de crédito: rating ou *scoring*.

O rating permite classificar a dívida existente atribuindo uma notação à capacidade de pagamento, sendo por isso, segundo Neves (2000) orientado para o futuro. Esta notação depende da percepção que o analista tem sobre a empresa em análise e da sua capacidade de cumprimento, revelada numa opinião de qualidade do crédito. É, pois um sistema de avaliação baseado também em julgamentos qualitativos.

Por outro lado, o *scoring* permite classificar os clientes por grau de risco através de pontuações, estimando a probabilidade de incumprimento. Para o cálculo deste tipo de notação são utilizados rácios e outros indicadores financeiros, baseando-se em informação histórica. Deste modo, traduz-se num sistema mecanicista de pontuação.

4.1.2 ACORDO DE BASILEIA E O IMPACTO NA ATRIBUIÇÃO DE CRÉDITO

Com o crescimento do consumismo no mundo ocidental e a progressiva liberalização e inovação dos instrumentos financeiros, a partir da década de 80, as entidades reguladoras dos mercados financeiros necessitaram de impor regras sobre a regulamentação bancária. Foi então constituído, em 1988, o Acordo de Capital, hoje denominado por Basileia I. Este acordo tinha por objectivo fortalecer a solidez e estabilidade do sistema bancário internacional através do estabelecimento de níveis mínimos de solvabilidade e, por outro lado, pela diminuição das fontes de desequilíbrio competitivo entre os bancos.

Contudo, os objectivos deste Acordo tornaram-se insuficientes para acompanhar a evolução da economia mundial e a crise do mercado de crédito. Deste modo, em 2004 foi assinado o Acordo de Basileia II assente em três pilares: requisitos mínimos de fundos próprios, supervisão do Sistema Bancário e Disciplina de Mercado e Transparência. A determinação dos requisitos mínimos de fundos próprios visa cobrir os riscos de crédito, de mercado e, pela primeira vez, o risco operacional. O segundo pilar tem o objectivo de reforçar o processo de supervisão bancária, agora mais focada em processos e modelos definidos. E por último, a Disciplina de Mercado e Transparência visa implementar uma disciplina de mercado com vista a contribuir para práticas bancárias mais saudáveis e seguras. De acordo com este último pilar, os

bancos terão de divulgar mais informação sobre as fórmulas que utilizam para gestão de risco e alocação de capital.

Outra particularidade do Acordo de Basileia II está relacionada com a obrigatoriedade das instituições financeiras em implementarem sistemas de análise de risco mais rigorosos. Estes sistemas podem ser baseados em agências de rating externas ou podem ser utilizados modelos internos de risco de crédito.

Devido à recessão económica sentida após a crise financeira que se iniciou em 2007, o Banco Central Europeu em conjunto com os bancos centrais dos países da União Europeia, desenvolveram um novo acordo, o Acordo de Basileia III, de modo a assegurar a liquidez e capital próprio dos bancos no caso de ocorrência de uma nova crise de crédito. O Acordo de Basileia III obriga os bancos a deterem mais capital e activos de menor risco de modo a torná-los mais resistentes em choques financeiros.

Este novo acordo traduz-se em percentagens mais restritas ao nível dos capitais que os bancos devem ter como requisitos mínimos, ou seja, os capitais garantidos através de reservas.

Com a imposição destas novas regras de mercado, as instituições financeiras têm maior pressão na concessão de crédito pois necessitam por um lado de alcançar níveis mínimos de fundos próprios e por outro justificar às entidades reguladoras a capacidade dos seus clientes em fazer face ao serviço da dívida, através dos sistemas de análise do risco de crédito. Desta forma, a cedência de crédito encontra-se num ciclo mais rigoroso e por isso também com mais limitações.

Esta situação atinge principalmente as empresas de menor dimensão pois são as que apresentam maior dependência do financiamento bancário à sua actividade. As Pequenas e Médias Empresas (PME) deverão adoptar medidas para reforçar e tornar mais transparente o seu relacionamento com as instituições financeiras, de modo a conseguirem o financiamento que necessitam.

Sendo a análise económico-financeira uma parte importante na gestão do risco de crédito, as PME deverão fornecer informação contabilística e financeira de qualidade e

actualizar regularmente essa informação de modo a reforçar a sua relação com as instituições de crédito.


4.1.3 SISTEMAS DE RISCO DE CRÉDITO

Como mencionado no ponto anterior, com a implementação do Acordo de Basileia II as instituições financeiras são obrigadas a aplicar sistemas de risco de crédito para classificar os seus clientes quanto à probabilidade de incumprimento. Estas podem fundamentar a sua avaliação baseando-se em sistemas externos ou internos.

Os sistemas externos de notação são desenvolvidos por empresas especializadas na atribuição de risco de crédito, designadas por agências de rating. Atribuem notação de rating com o objectivo de classificar a capacidade de pagamento de dívidas, emitindo assim uma opinião sobre a qualidade de crédito. Estas notações são atribuídas a Estados, empresas de grande dimensão e também a emissão de títulos.

As principais agências de rating são a Standard & Poor's, a Moody's e a Fitch. A notação de rating que atribuem é classificada através de letras sendo que uma notação alta traduz-se em baixo risco de crédito e pelo contrário uma notação baixa significa mais risco de incumprimento.

Na Figura 4-1 pode-se observar a classificação de rating de cada uma das três entidades. De notar que se a análise for feita à emissão de dívida então as classificações de rating apresentadas na figura corresponderiam a dívidas de longo prazo.



S&P Credit Rating	Moody's Credit Rating	Fitch Credit Rating	Qualidade do Crédito
AAA	Aaa	AAA	De melhor qualidade
AA+	Aa1	AA+	Elevada qualidade
AA	Aa2	AA	
AA-	Aa3	AA-	
A+	A1	A+	Forte capacidade de pagamento
A	A2	A	
A-	A3	A-	
BBB+	Baa1	BBB+	Capacidade de pagamento correcta
BBB	Baa2	BBB	
BBB-	Baa3	BBB-	
BB+	Ba1	BB+	Assegura provavelmente os compromissos (incerteza crescente)
BB	Ba2	BB	
BB-	Ba3	BB-	
B+	B1	B+	Dívidas com elevado risco
B	B2	B	
B-	B3	B-	
CCC+	Caa1	CCC+	Vulnerabilidade actual ao incumprimento
CCC	Caa2	CCC	
CCC-	Caa3	CCC-	
CC	Ca	CC	Em falência ou em incumprimento
C	C	C	
D	D	D	

Figura 4-1 - Notação de Crédito das Empresas de Rating

Relativamente aos sistemas de notação de crédito internos, estes começaram a desenvolver-se mais após divulgadas as exigências do Acordo de Basileia II. Estes sistemas permitem uma avaliação pormenorizada e personalizada de cada cliente e abrange todo o tipo de empresas, ao contrário dos sistemas externos que não podem ser utilizados aquando análise de uma PME.

Os sistemas internos baseiam-se na informação disponibilizada pelo cliente. O processo base destes sistemas está ilustrado na Figura 4-2.

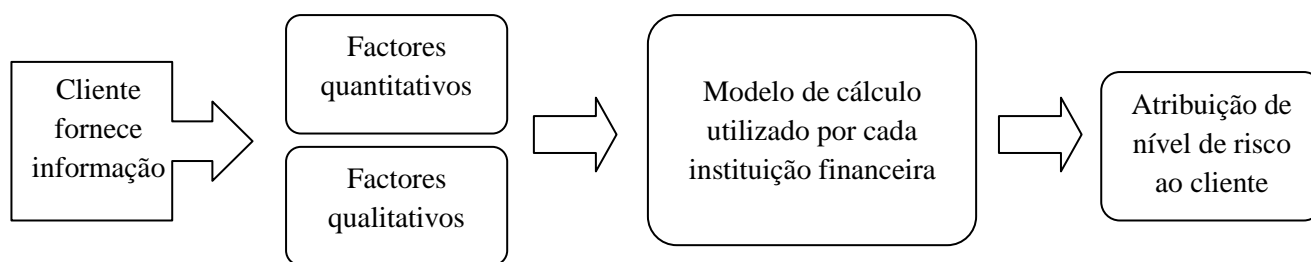


Figura 4-2 - Processo de sistema interno de classificação de crédito

4.2 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DE EMPRESAS NA PREVISÃO DO SEU INCUMPRIMENTO DE CRÉDITO

Para atribuir uma classificação de crédito a uma empresa é necessário conhecer a realidade económico-financeira da mesma. Deste modo, é com base na informação retirada das demonstrações financeiras e aplicada em rácios financeiros (como demonstrado no ponto 3.3) que os analistas de crédito baseiam a sua opinião na capacidade de endividamento das empresas. A decisão final depende da combinação de rácios que é utilizada e muitas vezes com o conhecimento e experiência pessoal do analista.

Contudo, com o crescimento do mercado internacional e do sistema bancário a utilização do método dos rácios financeiros foi-se desenvolvendo pois instituições financeiras com grandes dimensões exigem um maior número de analistas o que se traduz numa ampla variedade de conhecimentos por parte de cada analista. Assim, torna-se necessário criar mecanismos que permitam desenvolver os sistemas de notação de crédito.

Surgem então os modelos de rating e são desenvolvidos diversos estudos estatísticos com o objectivo de prever o risco de incumprimento.

4.2.1 MODELO DE RATING

O modelo de rating destina-se a avaliar a capacidade de a empresa gerar fluxos financeiros e o seu empenho em utilizá-los para cumprir as suas obrigações creditícias.

Este modelo baseia-se em informação qualitativa e quantitativa que é utilizada pelos analistas para atribuir um grau de risco à empresa. A informação qualitativa refere-se a aspectos macroeconómicos e políticos do país onde a empresa tem a sua actividade; ao ambiente competitivo do sector onde a empresa se insere; à estratégia, posicionamento e quota de mercado que a empresa tem; e ao historial dos accionistas/sócios da empresa. Por outro lado, a informação quantitativa traduz-se nos rácios financeiros utilizados pelo analista. Na atribuição de crédito os rácios mais utilizados são os de liquidez, de rendibilidade e de alavanca financeira.

Depois de analisada toda a informação, o analista tece uma opinião sobre o grau de risco da empresa e atribui-lhe uma nota de rating de acordo com a classificação que estabeleceu previamente.

No caso específico das instituições financeiras, segundo Neves (2000), estas utilizam também metodologias de recolha de informação sobre variáveis relevantes de risco de crédito, sendo uma dessas metodologias mais conhecida e utilizada a do sistema dos 6 C's:

- Carácter do devedor relativamente ao seu empenho em cumprir com as suas obrigações;
- Capacidade legal do devedor em assumir os compromissos financeiros;
- Capital que permita ao devedor ter capacidade de endividamento e flexibilidade financeira;
- Condições do meio ambiente que possam afectar a capacidade de cumprimento do devedor;
- Colateral sobre o valor dos activos que garantem o pagamento da dívida;
- Controlo que o devedor sobre a gestão financeira e operacional;

As entidades de rating mencionada no ponto 4.1.3 apenas atribuem notação de crédito a empresas de grande dimensão, Estados ou emissões de dívida, mas qualquer instituição financeira poderá proceder à atribuição de crédito a empresas baseando-se nestes pontos e estruturando uma classificação de diferentes graus de risco (são utilizadas letras – como as entidades de rating – ou números).

Na Figura 4-3 é possível observar o processo de atribuição de rating.



Figura 4-3 - Processo de atribuição de rating

Fonte: Marquez (2008) – Disponibilizado pela Moody's Investor Services

4.2.2 MODELO DE *SCORING*

O modelo de *scoring* utiliza a informação histórica e os rácios financeiros para classificar o grau de risco de crédito das empresas. Aliada a esta informação económico-financeira são aplicadas técnicas estatísticas que permitem prever a probabilidade de incumprimento que a empresa terá. Para as técnicas estatísticas são definidos factores sócio económicos que influenciam a decisão de crédito e que são utilizados como variáveis para as equações estatísticas.

O objectivo deste modelo é pontuar as empresas por grupos de crédito distintos tendo em consideração a informação económico-financeira, a ponderação de cada factor e a fórmula estatística, e deste modo ponderar o risco de incumprimento da empresa.

O modelo estatístico mais utilizado para atribuir um *scoring* a uma empresa é a análise discriminante nomeadamente a função desenvolvida por Altman (1968) – Z-Scoring de

Altman. Contudo também foram desenvolvidos modelos estatísticos de logit e probit, modelo de regressão linear e modelo não paramétrico.

Na Figura 4-4 é possível sintetizar o processo de atribuição de *scoring*.

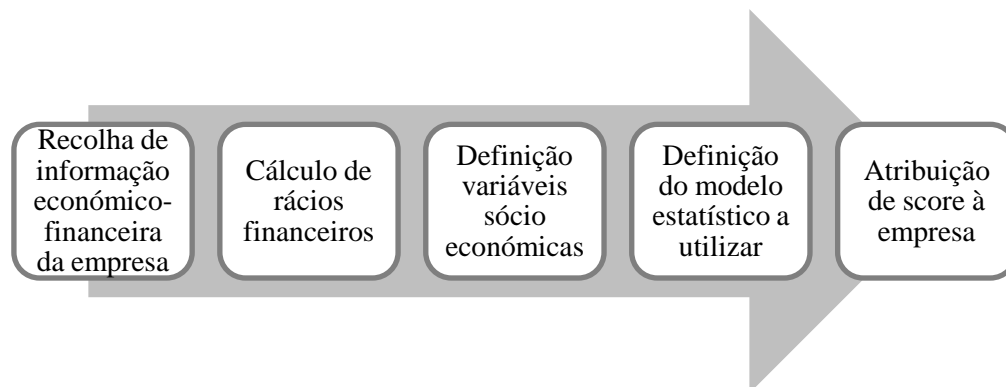


Figura 4-4 - Processo de atribuição de *scoring*

5. CASO DE ESTUDO – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA E DO RISCO DA EMPRESA “ABC”

Com o caso de estudo que é apresentado neste capítulo pretende-se aplicar na prática os temas mencionados nos capítulos 3 e 4 e enquadrá-los com as tarefas realizadas no estágio no Banco Santander Consumer Portugal. O enfoque deste caso de estudo é a análise económico-financeira da empresa alvo de acordo com o método dos rácios financeiros e avaliação do risco de crédito com o objectivo de atribuir uma notação de rating.

O capítulo tem a seguinte estrutura: no primeiro ponto é feita uma descrição sucinta do caso, seguida da apresentação da metodologia e dados que são utilizados na elaboração do caso; seguidamente é apresentada a empresa e é feito o enquadramento no sector de actividade; no ponto 5.5 é feita a análise económico-financeira da empresa; no ponto seguinte são apresentados os resultados obtidos e é atribuída a notação de rating; por último, conclusão sobre a adequação do modelo utilizado pelo BSCP.

5.1 DESCRIÇÃO DO CASO DE ESTUDO

O presente caso de estudo destina-se a apresentar um exemplo da principal tarefa efectuada durante o estágio curricular. Para tal é feita uma avaliação da situação económico-financeira de uma empresa cliente do BSCP, classificando-a de acordo com uma notação de crédito. O nome desta empresa é fictício de modo a assegurar a confidencialidade profissional entre o BSCP e os seus clientes. A empresa sobre a qual é feita a análise designa-se por “ABC” e centra a sua actividade no sector automóvel.

Esta avaliação tem por base o método interno utilizado pelo banco para avaliar o risco inerente ao financiamento dos seus clientes. Este método baseia-se na análise económico-financeira assente na utilização de rácios financeiros. De acordo com os resultados obtidos com esta análise, é atribuída uma notação de rating ao cliente e é através dessa notação que se toma a decisão de atribuir ou não os montantes de financiamento solicitados pela empresa.

5.2 METODOLOGIA E DADOS

Para a análise sobre o financiamento a empresas clientes ou potenciais clientes, o BSCP elabora relatórios de crédito que permitem classificar a empresa como tendo alto ou baixo risco de incumprimento. Estes relatórios de crédito, como mencionado no ponto 2.5.2, dividem-se em duas vertentes consoante o montante de financiamento pedido pelo cliente. Quando a exposição de crédito é inferior a 150.000€, o BSCP utiliza um modelo sintético de atribuição de crédito dando apenas relevância à informação económico-financeira que a empresa disponibilizou. Por outro lado, quando o montante de financiamento é superior a 150.000€, o BSCP elabora relatórios de crédito utilizando um modelo de atribuição de rating.

Neste caso de estudo a empresa a analisar apresenta uma exposição de crédito superior a 150.000€ pelo que lhe é atribuída uma notação de rating de modo a classificá-la quanto ao risco de incumprimento.

Os dados apresentados ao longo deste caso de estudo foram recolhidos no decorrer do estágio no BSCP. A informação disponibilizada pela empresa “ABC” ao BSCP e utilizada neste relatório é referente ao período 2007-2010.

A elaboração deste relatório de crédito assenta nos seguintes pontos:

- Recolha da informação disponibilizada pela empresa “ABC”;
- Recolha de informação na base de dados interna do BSCP sobre o historial de crédito da empresa, se for já cliente do banco;
- Recolha de informação na base de dados do Banco de Portugal sobre as responsabilidades que a empresa tem junto das instituições financeiras;
- Recolha de informação disponibilizada pela Associação de Comércio Automóvel Portugal (ACAP) sobre a evolução do mercado especialmente das marcas que são comercializadas pela empresa “ABC”;
- Recolha de informação sobre a relação comercial que a empresa “ABC” tem com o BSCP;

- Análise qualitativa – análise ao sector de actividade, ao posicionamento da empresa no sector, à história da empresa e ao historial dos seus accionistas/sócios;
- Análise económico-financeira à empresa “ABC” – análise quantitativa;
- Atribuição de classificação de rating de acordo com uma tabela interna do BSCP assente em variáveis determinantes.

5.3 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA E DO SECTOR

A empresa “ABC” actua no sector da distribuição e reparação automóvel, sendo representante das marcas do grupo Volkswagen (Volkswagen, Audi e Skoda), tanto a nível de viaturas particulares como viaturas comerciais. Tendo iniciado a sua actividade na década de 70, é uma referência a nível nacional neste sector.

De acordo com dados disponibilizados pela ACAP, o sector automóvel foi dos mais afectados com a crise financeira mundial. Durante o período de 2007-2009 este mercado apresentou decréscimos sucessivos, tendo registado uma melhoria apenas no ano de 2010 (informação disponível nos quadros do Anexo VI). Na Figura 5-1 observa-se a evolução do sector para o período 2007-2010.

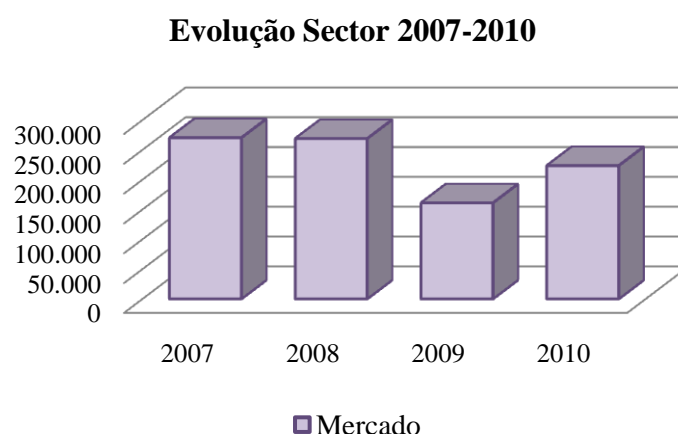


Figura 5-1 - Evolução do sector automóvel para o período 2007-2010

(Montantes expressos em Unidades de veículos comercializados)

Com o sector de actividade a ultrapassar uma fase de decréscimo é natural que as empresas que actuam no sector também apresentem resultados mais baixos para o mesmo período. Esta situação é notória nas marcas comercializadas pela empresa “ABC”, as quais viram a sua procura ser também afectada pela crise no sector, tendo sido registadas quebras no volume de vendas, principalmente no período 2008-2009, como observado na Tabela 5.1.

Tabela 5.1 - Volume vendas das marcas da empresa “ABC” entre 2007-2010

(Montantes expressos em Unidades)

Unidades Comercializadas				
	2007	2008	2009	2010
Volkswagen	19.779	20.123	13.727	18.828
Audi	6.883	7.818	6.922	8.403
Skoda	3.820	4.082	2.802	4.540
Mercado	270.237	268.793	161.013	223.491

Contudo, apesar da quebra registada nos seus volumes de venda, as três marcas comercializadas pela empresa registaram melhorias no posicionamento de mercado para o período entre 2007 e 2010. Apesar dos resultados ilustrados acima, notou-se um ligeiro acréscimo ao nível da quota de mercado, como ilustrado nas Figuras 5-2 e 5-3.

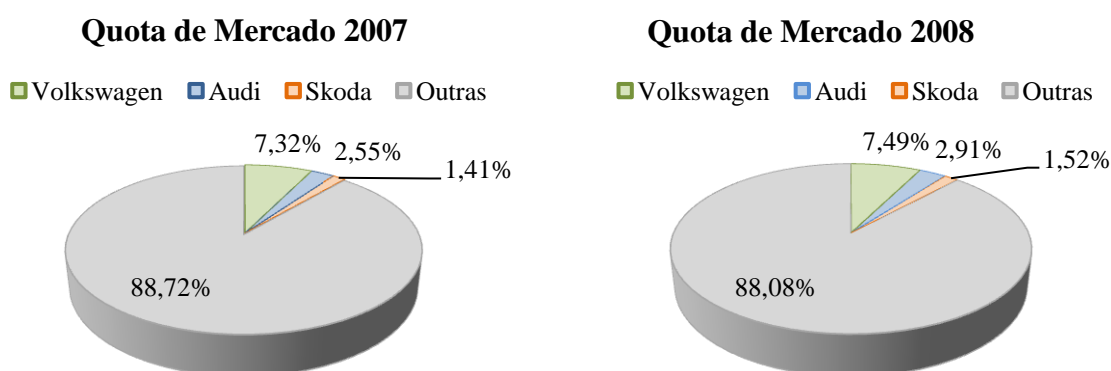


Figura 5-2 - Quota mercado das marcas da empresa “ABC” em 2007 e 2008

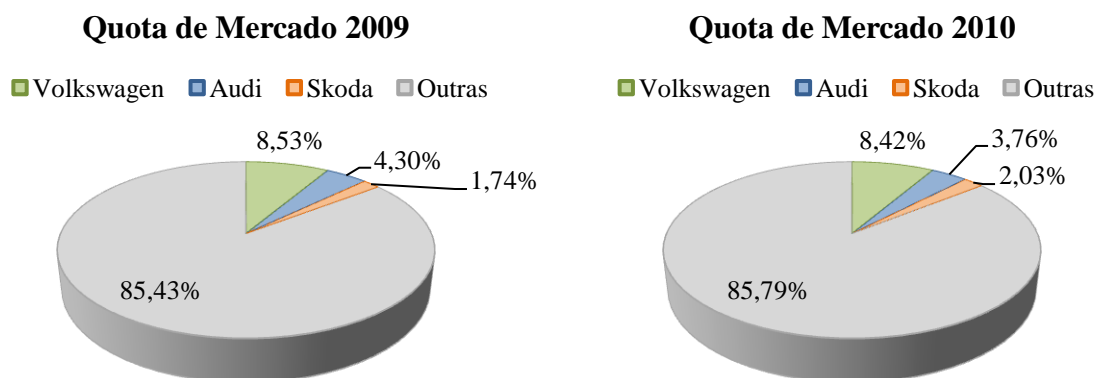


Figura 5-3 - Quota mercado das marcas da empresa “ABC” em 2009 e 2010

A relação comercial entre a empresa “ABC” e o BSCP iniciou-se em 1996. Durante este período a empresa tem recorrido aos serviços do banco para financiar a sua actividade de exploração. O relatório de crédito que é efectuado nos pontos seguintes refere-se ao pedido de renovação do financiamento existente e atribuição de novos montantes. Na Tabela 5.2 está ilustrada a exposição de crédito que a empresa “ABC” pretende ter com o pedido de financiamento efectuado.

Tabela 5.2 - Exposição total de crédito da empresa “ABC” com o BSCP

EXPOSIÇÃO TOTAL DE CRÉDITO DO CLIENTE COM SANTANDER CONSUMER PORTUGAL							
	Produto	Tipo de Crédito	Novo Limite (Euros)	Limite existente (Euros)	Montante em utilização	Duração (Meses)	Garantias
Nova atribuição	Limite Operacional	Novo	500.000	500.000	0	12	GB ⁸ = 500.000€ (100%)
Exposição existente	Factoring SIVA	Renovação		2.850.000	1.961.210	12	GB = 1.396.634€
Total Exposição			500.000	3.350.000	1.961.210		

Contudo, o relacionamento comercial entre o BSCP e as suas empresas clientes não se resume ao financiamento de exploração. Na tomada de decisão sobre a atribuição de crédito, o BSCP dá grande ênfase à posição que as empresas clientes tomam enquanto parceiros comerciais. Sendo a maioria dos clientes do BSCP empresas que actuam no sector automóvel, a parceria comercial resume-se a estas empresas recolherem, junto dos seus clientes, potenciais compradores de financiamento de crédito no BSCP, ao

⁸ GB = Garantias Bancárias dadas pela empresa “ABC” ao BSCP

incluírem descontos no preço dos veículos se os clientes fizerem um financiamento automóvel junto do BSCP. Em contrapartida, o BSCP atribui melhores condições e facilidades de financiamento às empresas que conseguirem transformar os seus clientes em clientes do BSCP. Na Tabela 5.3 observa-se a percentagem dos clientes que a empresa “ABC” conseguiu angariar ao BSCP, por marca automóvel.

Tabela 5.3 - Percentagem de clientes da empresa “ABC” que também são clientes do BSCP

Percentagem de clientes para o BSCP			
	Total 2008	Total 2009	Variação Hom.
Empresa "ABC"	39,8%	34,8%	-5,0%
Total Audi	21,2%	18,0%	-3,2%
Empresa "ABC"	37,3%	35,8%	-1,5%
Total Skoda	36,5%	30,6%	-5,9%
Empresa "ABC"	34,0%	28,5%	-5,5%
Total Volkswagen	21,9%	25,5%	-3,6%

Pela Tabela 5.3 pode observar-se que a empresa “ABC” tem uma relação comercial com o BSCP acima da média das outras empresas clientes, nas três marcas que comercializa. Por exemplo, no ano 2009 e para a marca Audi, a empresa “ABC” conseguiu que 34,8% dos seus clientes se finenciassem junto do BSCP. Para a média das empresas clientes do BSCP, a percentagem de vendas financiadas pelo banco é de apenas 18%.

5.4 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA “ABC”

Neste ponto é simulada a análise de um pedido de renovação e incremento dos montantes de crédito para financiamento da actividade de exploração da empresa. Para tal é feita uma análise à evolução da actividade da empresa para o período 2007-2010 e são analisados os principais rácios financeiros.

A empresa disponibilizou ao BSCP os seus relatórios de gestão dos anos 2007,2008 e 2009 e o balancete referente ao mês de Setembro de 2010, cuja informação é inserida no modelo de análise interno do banco. De modo a garantir a privacidade dos relatórios de risco de crédito do BSCP não é fornecido o modelo interno utilizado no tratamento da informação e no cálculo dos rácios financeiros. São apenas facultados quadros que são retirados desse modelo e que contêm a informação necessária para efectuar a análise económico-financeira da empresa “ABC”.

De modo a analisar a evolução da actividade da empresa e calcular os rácios financeiros que permitam determinar a sua performance, é necessária a informação contabilística da empresa. Assim, nas Tabelas 5.4 e 5.5 está ilustrado um resumo das principais rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados para o período entre 2007 e Setembro de 2010.

Tabela 5.4 - Principais Rubricas do Balanço da empresa “ABC”

(Montantes expressos em Euros)

<i>(montantes em euros)</i>	Provisional 30/09/2010	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2007
Total Activo	13.460.653,8	12.458.611,7	11.253.188,9	11.722.028,6
Activo Fixo	6.518.762,7	4.356.422,9	3.010.196,9	3.676.897,4
Activo Circulante	6.941.891,1	8.102.188,7	8.242.992,0	8.045.131,1
Capital Próprio	5.476.248,4	5.400.820,1	5.723.561,6	4.679.895,3
Passivo MLP	3.320.000,0	3.320.000,0	895.000,0	1.020.000,0
Passivo Circulante	4.664.405,4	3.737.791,5	4.634.627,3	6.022.133,3
Empréstimos em dívida	4.048.782,2	3.323.802,9	895.874,7	1.304.733,8

Tabela 5.5 - Principais Rubricas da Demonstração de Resultados da empresa “ABC”

(Montantes expressos em Euros)

<i>(montantes em euros)</i>	Provisional 30/09/2010	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2007
Vendas	14.000.833,2	22.908.897,3	26.143.379,1	26.294.030,9
Margem Bruta (%)	8,9%	11,4%	10,7%	10,1%
Cash Flow	237.564,7	322.100,2	494.638,6	526.711,2
Custos Operacionais	-586.836,6	-55.154,5	-164.102,5	-306.612,5
Resultados Operacionais	245.244,2	445.582,6	365.662,6	178.990,3
Encargos Financeiros	-227.638,0	-435.090,9	-248.566,2	-131.889,8
Proveitos Extraordinários	45.082,2	40.457,8	29.565,2	202.282,0
Resultados antes Impostos	75.428,3	55.907,4	94.030,4	217.564,2
Resultado Líquido	75.428,3	17.258,5	53.666,9	172.954,6

Contudo, para verificar a evolução da actividade da empresa, é necessário também ter em consideração qual a composição do Activo e do Passivo de modo a perceber onde

estão a ser feitos os investimentos da empresa. Nas Tabelas 5.6 e 5.7 é possível observar as rubricas que compõem na maioria o Activo e o Passivo.

Tabela 5.6 - Rubricas que compõe na maioria o Activo da empresa “ABC”

(Montantes expressos em Euros)

<i>(montantes em euros)</i>	Provisional 30/09/2010	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2007
Existências	3.422.149,0	4.659.335,6	5.558.208,1	5.069.751,3
Clientes c/c	1.659.568,5	1.896.752,9	1.974.252,5	2.330.272,1
Imobilizações Corpóreas	3.035.075,7	2.648.566,5	2.846.300,7	3.051.750,1
(Edifícios)	2.433.822,5	2.433.822,5	2.446.256,0	2.540.431,9
Total Activo	13.460.653,8	12.458.611,7	11.253.188,9	11.722.028,6

Tabela 5.7 - Rubricas que compõe na maioria o Passivo da empresa “ABC”

(Montantes expressos em Euros)

<i>(montantes em euros)</i>	Provisional 30/09/2010	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2007
Dívidas a Instituições de Crédito C/P	728.782,2	3.802,9	874,7	284.733,8
Dívidas a Instituições de Crédito MLP	3.320.000,0	3.320.000,0	895.000,0	1.020.000,0
Fornecedores c/c	3.315.781,1	3.480.201,1	4.262.417,3	4.515.537,1
Total Passivo	7.984.405,4	7.057.791,5	5.529.627,3	7.042.133,3

No modelo utilizado pelo BSCP, a análise à evolução da actividade da empresa divide-se entre análise económica e análise financeira, estando subdividida em quatro pontos: Resultados da actividade, na perspectiva da análise económica, e Activo, Passivo e Capital Próprio para a análise financeira. Para detalhar esta análise é ainda utilizado o modelo dos rácios financeiros.

Assim, são calculados os principais rácios financeiros e outros indicadores que expressem a situação económico-financeira da empresa “ABC”. Na Tabela 5.8 encontra-se o quadro resumo dos rácios calculados.

Tabela 5.8 - Rácios utilizados pelo BSCP na análise económico-financeira

Rácios	Provisional 30/09/2010	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2007
Gerais				
Autonomia Financeira	40,7%	43,4%	50,9%	39,9%
Peso do Activo no Passivo (Total Activo / Total Passivo)	168,6%	176,5%	203,5%	166,5%
Solvabilidade	68,6%	76,5%	103,5%	66,5%
Peso do Capital Próprio no Passivo de MLP ⁹ (Capital Próprio / Passivo MLP)	1,6	1,6	6,4	4,6
Fundo Maneio Líquido (Activo Circulante - Passivo Circulante)	2.277.485,7	4.364.397,2	3.608.364,7	2.022.997,8
Liquidez Reduzida	0,8	0,9	0,6	0,5
Peso do Activo Fixo no Passivo de MLP (Activo Fixo / Passivo MLP)	2,0	1,3	3,4	3,6
Rendibilidade				
Cash Flow = Auto financiamento	237.564,7	322.100,2	494.638,6	526.711,2
Cobertura do Activo (Cash Flow / Total Activo)	1,8%	2,6%	4,4%	4,5%
Cobertura das Vendas (Cash Flow / Vendas)	1,7%	1,4%	1,9%	2,0%
Cobertura do Capital Próprio (Cash Flow / Capital Próprio)	4,3%	6,0%	8,6%	11,3%
ROE	1,4%	0,3%	0,9%	3,7%
ROA	0,6%	0,1%	0,5%	1,5%
Margem Bruta (em percentagem das Vendas)	8,9%	11,4%	10,7%	10,1%
Rotação do Activo	104,0%	183,9%	232,3%	224,3%
Financiamento bancário				
Peso das Dívidas Financeiras no Passivo (Dívidas Financeiras / Total Passivo)	50,7%	47,1%	16,2%	18,5%
Dívidas Financeiras no Curto Prazo (Dívidas Financeiras de CP / Passivo Circulante)	15,6%	0,1%	0,0%	4,7%
Dívidas Financeiras no MLP (Dívidas Financeiras MLP / Passivo MLP)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Peso das Dívidas Financeiras no Capital Próprio (Dívidas Financeiras / Capital Próprio)	73,9%	61,5%	15,7%	27,9%
Permanência Médias de Existências (em dias)	96,3	83,2	86,1	77,2
Prazo Médio de Recebimentos (em dias)	43,3	30,2	27,6	32,3
Prazo Médio de Pagamentos (em dias)	86,4	55,4	59,5	73,8
Tempo Médio até à Maturidade (PME + PMR - PMP)	53,1	58,0	54,2	35,8
Pay-back (em anos) = Período de Recuperação da Dívida	17,0	10,3	1,8	2,5

⁹ Passivo de Médio Longo Prazo

➤ Resultados da actividade

Os resultados da actividade são analisados numa óptica económica, ou seja, é feita uma análise às principais rubricas da Demonstração de Resultados que justificam os lucros/prejuízos da actividade da empresa.

Na Tabela 5.5 pode-se observar um decréscimo de 12,9% no volume de vendas da empresa no período 2007-2009, facto que se encontra relacionado com a quebra no sector de actividade. Contudo, a percentagem da Margem Bruta aumentou de 10,1% para 11,4% devido à redução dos Custos das Mercadorias Vendidas. De acordo com os elementos contabilísticos a Setembro de 2010, é expectável que a empresa registe uma quebra de 18,5% nas suas vendas no ano.

O impacto negativo do volume das vendas é compensado pelo acréscimo da margem de comercialização e pela redução ocorrida na estrutura de custos fixos operacionais, pelo que o Resultado Operacional apresenta acréscimos sucessivos no período 2007-2009.

Relativamente aos Encargos Financeiros, registam um acréscimo ao longo do período de análise, sendo que absorvem quase na totalidade a componente de exploração da empresa; em 2009 o Resultado Operacional é de 445.582,6€ face aos 435.090,9€ de despesas financeiras. Este factor aliado ao decréscimo da componente extraordinária traduz-se numa diminuição do Resultado Líquido (-90% ao longo do período 2007-2009).

Consequentemente a Rendibilidade Financeira da empresa “ABC” também diminui no período de análise, sendo que apresenta um R.O.E. de 0,3% em 2009 face aos 3,7% em 2007. O resultado deste rácio expressa a redução da taxa de retorno para os accionistas em 2009 face a 2007. Este facto deve-se essencialmente à crise no sector de actividade que limita o crescimento das empresas que neste se inserem.

Por último, importa mencionar o montante que a empresa consegue gerar para o seu financiamento. No modelo interno do BSCP este é designado por Cash Flow sendo equivalente ao Auto Financiamento descrito na equação 3.6. Decorrente da quebra do Resultado Líquido, os Cash Flows gerados pela empresa entre 2007-2009 tiveram um

decréscimo de 39% o que influencia negativamente o rácio de Período de Recuperação de Dívida (designado por Pay-back no modelo interno do BSCP). Este rácio sugere em 2009 um prazo de 10,3 anos que a empresa necessita para cumprir as suas dívidas, face aos 2,5 anos apresentados em 2007. De notar que um valor superior a 10 anos reflecte numa maior probabilidade de a empresa entrar em incumprimento. Contudo, o rácio deverá ser avaliado ao longo de um período e não num ano específico, de modo a excluir situações que possam distorcer o resultado. Assim, é importante mencionar que a empresa “ABC” apresentou valores de Pay-back significativamente baixos, perto dos 2 anos, em 2007 e 2008.

Pode-se concluir que, ao nível dos resultados analisados, a empresa “ABC” encontra-se numa situação de quebra de actividade no ano 2009 resultante em grande parte da crise do sector onde se insere. Analisando historicamente (para o período 2007-2009), a empresa apresenta recursos de exploração que lhe permitem gerar lucros e Cash Flows de modo a cumprir com as suas obrigações.

➤ Activo

A análise ao Activo reflecte-se numa avaliação à sua evolução, das rubricas mais expressivas e dos rácios que sugerem a eficiência na utilização por parte da empresa dos seus activos.

Através da Tabela 5.6 é possível verificar a evolução do Activo e decompô-lo em termos percentuais. A análise é feita apenas para o período entre 2007-2009 pois os valores apresentados para 2010 são provisionais, não reflectindo a totalidade do período.

Ao longo do período entre 2007-2009 o valor do Activo da empresa “ABC” cresceu 6%, ascendendo aos 12.458.611,7€ em 2009. Neste último ano, é constituído maioritariamente pelas rubricas das Existências em 37%, Imobilizações Corpóreas em 21% e Clientes c/c em 15%.

As Existências apresentam uma evolução irregular ao longo dos três anos de análise, situando-se nos 4.659.335,6€ em 2009, reflectindo um rácio de Permanência Média de Existências de 83 dias, face aos 86 dias em 2008 e 77 dias em 2007.

As Imobilizações Corpóreas são compostas na sua maioria pela rubrica de Edifícios e Outras Construções, o que significa que a empresa tem recursos fixos que poderão ser utilizados no longo prazo.

Relativamente aos Clientes c/c apresentam um decréscimo aproximado de 19% entre 2007 e 2009, tendo o valor de 1.896.752,9€ no último ano, o que representa um Prazo Médio de Pagamentos de 30 dias, comparado com 28 dias em 2008 e 32 dias em 2007. O valor deste rácio não é muito elevado, pois a empresa demora cerca de um mês a receber dos seus clientes, o que significa que é eficiente na sua cobrança ou tem bom poder negocial com os seus clientes.

É importante também mencionar os rácios de Rotação do Activo e Rendibilidade do Activo. Como observado com a Rendibilidade Financeira, também a Rendibilidade Económica apresenta uma diminuição no período em análise. Entre 2007 e 2009, o R.O.A. (Rendibilidade do Activo) desceu de 1,5% para 0,1%, o que significa que a empresa está obter menos rendibilidade com o investimento que realiza, facto que advém da quebra constante da rendibilidade operacional.

O rácio de Rotação do Activo também diminuiu de 224% em 2007 para 184% em 2009, incorporando o decréscimo verificado no volume das Vendas. Contudo, o valor apresentado em 2009 é um bom indicador pois reflecte a continuidade de resultados elevados nos três anos o que pode traduzir-se num eficiente aproveitamento dos activos por parte da empresa.

Assim, pode-se concluir que apesar do decréscimo dos rácios, a empresa “ABC” apresenta uma boa situação económica em relação ao seu Activo, verificando-se um eficiente aproveitamento dos activos que traduzem numa rendibilidade positiva.

➤ Passivo

Relativamente ao Passivo, a análise que é feita baseia-se na sua evolução e das rubricas mais expressivas, assim como nos principais rácios que reflectem a liquidez da empresa. A análise é feita apenas para o período entre 2007-2009 pois os valores apresentados para 2010 são provisionais, não reflectindo a totalidade do período.

Na Tabela 5.7 observa-se que o valor do Passivo manteve-se entre 2007 e 2009, contudo registou uma diminuição no ano de 2008. Observando o ano de 2009, verifica-se que o Passivo é maioritariamente constituído pelas rubricas de Fornecedores c/c em 49% e Dívidas a Instituições de Crédito em 47%.

As Dívidas a Instituições de Crédito apresentam um aumento de 1.304.733,8€ em 2007 para 3.323.802,9€ em 2009. Devido à crise no sector de actividade a empresa “ABC” teve maior necessidade de se financiar junto das instituições financeiras para colmatar as quebras de actividade do negócio. De realçar que grande parte das dívidas que a empresa tem junto das instituições financeiras são dívidas de MLP, o que pode traduzir numa boa gestão feita pela empresa pois ao endividar-se no longo prazo retira pressão à gestão de tesouraria que é feita numa base de curto prazo.

Os Fornecedores c/c apresentam um valor de 3.480.201,1€ em 2007 (reflecte um decréscimo de 23% no período de análise, sendo que 18% foram registados entre 2008 e 2009), o que representa um Prazo Médio de Pagamento de 55 dias, face aos 60 dias em 2008 e 74 dias em 2007. Não sendo um valor muito elevado, aproximadamente dois meses, deve-se ter em consideração este rácio pois poderá indicar dificuldades da empresa em cumprir com os compromissos. Contudo, o resultado decrescente do rácio ao longo dos três anos sugere um esforço por parte da empresa em cumprir com as obrigações perante os seus fornecedores.

Ao analisar o Passivo deve-se fazer referência ao rácio de liquidez. No caso do modelo interno do BSCP apenas é calculada a liquidez reduzida. Através da Tabela 5.8 observa-se que a empresa “ABC” teve uma evolução positiva em termos de liquidez entre 2007 e 2009, apresentando um resultado de 0,9 no último ano, o que sugere uma melhoria ao

nível da gestão que lhe permite ter maior capacidade de satisfazer as suas dívidas de curto prazo, recorrendo apenas ao activo circulante.

Pode-se concluir que a empresa “ABC”, apesar do reforço no recurso ao crédito, encontra-se numa situação favorável pois os indicadores sugerem indícios de uma boa capacidade de satisfazer as suas dívidas, e uma gestão responsável na diminuição de risco de tesouraria de curto prazo.

➤ Capital Próprio

Por último, a análise que é feita ao Capital Próprio baseia-se na sua evolução e nos rácios de Autonomia Financeira e de Solvabilidade, que medem a capacidade da empresa gerar meios próprios para satisfazer os seus compromissos. Esta análise também é feita tendo como base a informação do período entre 2007-2009, uma vez que os valores apresentados para 2010 são provisionais, não reflectindo a totalidade do período.

Ao longo dos três anos de análise a evolução do Capital Próprio foi irregular. Entre 2007 e 2008 apresentou um aumento de 22%, contudo entre 2008 e 2009 registou uma diminuição de cerca de 6%, valorizando-se em 5.400.820,1€. Este valor reflecte um rácio de Autonomia Financeira de 43%, face aos 51% em 2008 e 40% em 2007, o que sugere que a empresa apresenta indicativos de estabilidade financeira, visto as percentagens não serem baixas. No global do período de análise pode-se concluir que a empresa em 2009 apresenta mais capacidades de remunerar o seu Activo utilizando apenas o Capital Próprio, quando comparado com 2007.

Relativamente ao rácio de Solvabilidade, como ilustrado na Tabela 5.8, sugere que a empresa não possui recursos próprios suficientes para satisfazer todos os seus compromissos, pois o valor apresentado em 2007 e 2009 situa-se abaixo dos 100%, 67% e 77% respectivamente. Contudo, estes valores poderão ser considerados elevados, tendo em consideração que em 2008 a empresa teve um rácio de Solvabilidade de 104%. Este factor poderá sugerir que a empresa tem uma boa gestão financeira mas que é penalizada por actuar num sector de mercado que se encontra numa situação de crise.

Para concluir a análise económico-financeira da empresa “ABC” é importante também mencionar se a informação que está a ser utilizada para a análise é de qualidade, ou seja, é necessário verificar se a Certificação Legal de Contas (CLC) da empresa regista Ênfases ou Reservas que possam alterar a conclusão desta análise. De acordo com os dados disponibilizados pela empresa, a CLC de 2009 regista uma Ênfase (a empresa não reconheceu nas contas os efeitos que resultariam da adopção da Directriz Contabilística nº 28 relativamente ao reconhecimento de impostos diferidos, tendo todavia, procedido ao respectivo cálculo e divulgação) que não irá afectar a opinião do Auditor que elaborou a CLC, pelo que a conclusão da análise não deverá ser afectada.

5.5 RESULTADOS OBTIDOS E ATRIBUIÇÃO DO RATING

Após a análise económico-financeira efectuada no ponto anterior, são considerados outros factores inerentes à empresa, de modo a poder atribuir uma notação de crédito que permita tomar uma posição correcta aquando do financiamento.

O modelo interno utilizado pelo BSCP baseia-se na atribuição de uma nota de rating que permite classificar a empresa “ABC” entre cliente de risco elevado ou de baixo risco de crédito. Este sistema de atribuição de rating baseia-se na análise económico-financeira feita sobre a empresa e em factores que influenciem o relacionamento da empresa com o banco (informação qualitativa), seguindo o processo apresentado na Figura 4.2 do ponto 4.1.3.

Para a atribuição da nota de rating é utilizada uma escala de classificação interna que varia entre 1 - risco muito elevado - e 9 - nível de risco baixo. Esta escala é também empregue para pontuar os factores relevantes para a atribuição de crédito que são usados pelo BSCP. O cálculo do rating final da empresa é feito através de uma ponderação atribuída a cada factor.

A informação qualitativa que o BSCP considera relevante na atribuição de crédito refere-se ao sector de actividade, à gestão/accionistas da empresa e ao acesso que a empresa tem ao crédito, sendo aplicada em parte a metodologia dos 6 C’s mencionada no ponto 4.2.1.

Sobre o primeiro factor, é analisado o sector de actividade onde a empresa se insere, tendo em consideração a quota de mercado da empresa. Estes são analisados no ponto 5.3 deste trabalho.

Relativamente à gestão/accionistas da empresa, é analisada a experiência e conhecimento do negócio que a equipa directiva da empresa apresenta, assim como é verificado, junto da base de dados do Banco de Portugal se os principais accionistas apresentam um perfil de solvência financeira. A empresa “ABC”, como mencionado no ponto 5.3, é uma referência a nível nacional no sector em que está inserida pela sua longa história e apresenta, de acordo com informação disponibilizada pela empresa, o mesmo presidente do Conselho de Administração desde a sua fundação, o que permite ter um corpo directivo liderado por alguém reconhecido no sector e com conhecimentos do negócio. Refira-se que o Presidente do Conselho de Administração é um dos principais accionistas da empresa e que, de acordo com dados do Banco de Portugal, apresenta incidentes junto do Banco de Portugal enquanto avalista.

Por último, em relação à informação sobre as responsabilidades que a empresa tem junto das instituições financeiras, ou seja, o seu acesso ao crédito, é possível verificar, através da Tabela 5.9, os montantes que a empresa tem em dívida nas instituições financeiras.

Tabela 5.9 - Responsabilidades para com Instituições Financeiras

(Montantes expressos em Euros)

Dívidas nas Instituições Financeiras	31-01-2010	31-12-2009	31-12-2008
Dívidas de Curto Prazo	300.000	0	0
Dívidas de Longo Prazo	1.488.000	320.000	896.000
Crédito Vencido	0	0	0
Garantias	0	0	0
Crédito Potencial	1.973.000	1.397.000	1.427.000
Total	3.761.000	1.717.000	2.323.000

Fonte: Base de dados Banco de Portugal

Em relação à informação quantitativa, ou seja, aos indicadores retirados da análise económico-financeira, o BSCP atribui como factores de decisão do nível de rating os rácios de rendibilidade financeira, pay-back, solvabilidade e autonomia financeira, assim como o resultado líquido apresentado pela empresa e a sua capacidade de gerar recursos (Cash Flows).

Deste modo, tendo em consideração a análise efectuada no ponto 5.4. e a informação qualitativa que é utilizada no sistema interno do BSCP, conclui-se:

- A empresa insere-se num sector que se encontra numa situação de crise, pelo que é difícil manter os níveis de procura. Contudo, a empresa “ABC” comercializa três marcas que apresentam boas quotas de mercado, sendo que a Volkswagen encontrava-se em 2010 no 2º lugar das marcas mais vendidas e a Audi e Skoda dentro das 15 marcas mais vendidas em Portugal (informação disponível no Anexo VI).
- A empresa apresenta um quadro directivo conhecedor do negócio. Existe apenas uma ressalva para o incidente do Presidente do Conselho de Administração junto do Banco de Portugal, não sendo uma situação muito preocupante por se tratar de uma condição enquanto avalista.
- A empresa detém vários créditos junto das instituições financeiras, recorrendo a vários bancos para se financiar. Isto significa que a empresa recorre com frequência ao financiamento externo para suportar a sua actividade de exploração. Esta não é uma posição muito favorável para a empresa na actual conjectura de mercado pois, por um lado enquadra-se num sector em crise e terá maiores necessidades de novos financiamentos, e por outro por existir escassez de liquidez sendo mais difícil o acesso ao crédito.
- O Resultado Líquido apesar de se apresentar em terreno positivo regista um decréscimo no período entre 2007-2009, sendo que os Encargos Financeiros têm um grande peso na constituição do lucro da empresa. O rácio R.O.E. regista valores baixos no período de análise o que sugere uma escassa rendibilidade financeira.
- Os Cash Flows gerados pela empresa são positivos mas apresentam um decréscimo entre 2007-2009, o que influencia negativamente o rácio Pay-back.

Actualmente a empresa apresenta maior probabilidade de entrar em incumprimento pelo que a sua capacidade de auto financiamento é considerada limitada.

- Por último, a empresa apresenta um Capital Próprio aceitável para os níveis de endividamento, registando valores razoáveis de Autonomia Financeira e Solvabilidade que sugerem uma tesouraria positiva.

De acordo com as conclusões retiradas em cada um destes factores é possível calcular o rating da empresa “ABC”. Na Tabela 5.10, está apresentada a notação de rating atribuída a cada uma das áreas avaliadas. Posteriormente, estes valores são ponderados e somados para atingir a notação de rating final do cliente. As diferentes ponderações atribuídas a cada uma das áreas estão definidas em norma corporativa e é utilizada a nível interno por todo o Grupo Santander, pelo que apenas se poderá informar que as mesmas variam entre os 10% e os 25%.

Tabela 5.10 - Rating interno do BSCP para a empresa "ABC"

Área	Atribuição de rating pela análise	Nota
Produto / Procura/ Mercado	Evolução do mercado onde a empresa se insere; evolução das marcas representadas pela empresa	4
Accionistas / Sócios	Constituição Capital Social da empresa e do seu quadro directivo e credibilidade dos accionistas	5
Acesso ao Crédito	Responsabilidades perante o Banco de Portugal	5
Resultados / Rendibilidade	Resultado Líquido, com especial ênfase ao ROE.	4
Geração de Recursos	Tesouraria da empresa (ênfase ao Cash Flows e rácio Pay-back)	5
Solvabilidade	Rácios de Autonomia Financeira e Solvabilidade	6
RATING BSCP		4,8

Esta notação de rating significa que a empresa “ABC” enquadra-se acima da média da classificação interna do BSCP, sendo aceitável a atribuição de crédito, mas com algumas ressalvas nomeadamente no que se refere a factores qualitativos.

Como mencionado no ponto 2.5.2, como o montante de financiamento requerido pela empresa “ABC” é superior a 2.000.000€, esta proposta terá de ser apresentado pelos analistas à Direcção que seguidamente a apresentará à Comissão Executiva Local para a tomada decisão final.

De referir que a relação comercial existente entre a empresa e o BSCP (ilustrada na Tabela 5.3) também é um factor determinante para a decisão final do montante a financiar.

Assim, de acordo com a classificação de rating e com a boa relação comercial que a empresa tem com o BSCP, é expectável que o montante solicitado seja financiado na totalidade.

5.6 ADEQUAÇÃO DO MODELO UTILIZADO

A análise económico-financeira efectuada pelos analistas do BSCP, assim como o modelo interno de atribuição de rating utilizado pelo banco enquadram-se com os modelos teóricos estudados nos capítulos 3 e 4. De notar que a avaliação da empresa é feita numa óptica de credor sendo analisados os indicadores que estão relacionados com os interesses dos credores, nomeadamente os níveis de endividamento e a capacidade da empresa satisfazer as suas obrigações.

São usados e calculados correctamente os rácios financeiros, são analisadas as rubricas com maior relevância na situação económico-financeira da empresa e é atribuída uma classificação de rating com base em variáveis quantitativas e qualitativas significativas para o objectivo deste caso de estudo, ou seja, a atribuição de crédito.

Todavia existem factores qualitativos e quantitativos que não são mencionados no sistema do BSCP e que deveriam ser abordados pois são importantes tem em conta a envolvente macroeconómica actual.

Ao nível da análise económico-financeira sugerem-se algumas medidas respeitantes aos rácios e que visam a melhoria e extensão da análise.

➤ **Rácio de Cobertura dos Encargos Financeiros**

Aquando da análise dos resultados da actividade é importante também calcular o rácio de Cobertura dos Encargos Financeiros (descrito pela equação 3.3). Este rácio é importante na óptica de atribuição de crédito pois permite ao banco analisar se a empresa tem capacidade para fazer face às suas obrigações baseando-se apenas no seu nível de actividade.

Um valor alto neste rácio sugere que a empresa tem capacidades de gerar recursos com a sua actividade de exploração que lhe permita cumprir com os seus compromissos, pelo que num cenário de crise a probabilidade de a empresa entrar em incumprimento é menor pois não apresenta uma forte dependência de financiamentos alheios.

No caso da empresa “ABC” os valores apresentados para o período de 2007-2009 estão expressos na Tabela 5.11, sendo utilizado para o cálculo o Cash Flow Operacional.

Tabela 5.11 - Rácio de Cobertura dos Encargos Financeiros da empresa "ABC"

Rácio de Cobertura dos Encargos Financeiros			
	2009	2008	2007
$\frac{\text{RO+Amortizações+Provisões}}{\text{Encargos Financeiros}}$	1,59	3,03	3,81

De modo a que a empresa apresente margem de segurança relativamente às suas capacidades de cumprir as suas obrigações, é recomendado que o resultado deste rácio seja superior a 1,5. Analisando a situação da empresa pode-se verificar que ao longo dos três anos de análise o valor deste rácio diminuiu mas mantém-se superior a 1,5, o que significa que mesmo na situação de crise em que o sector de actividade se enquadra, a empresa “ABC” consegue gerar recursos com o seu ciclo de exploração, apesar de ser afectada negativamente pela crise. Contudo o valor registado em 2009 deveria servir de alerta para o BSCP pois aproxima-se muito do valor recomendado.

É por isso fundamental para as instituições financeiras a inclusão deste rácio na análise económico-financeira de empresas, aquando da atribuição de mais financiamento.

➤ **Rácio de Rendibilidade Comercial**

É também interessante o cálculo da rendibilidade comercial de modo a determinar o lucro obtido pela empresa por cada unidade monetária de vendas. A Tabela 5.12 apresenta os valores deste rácio para o período 2007-2009 para a empresa “ABC”.

Tabela 5.12 - Rendibilidade Comercial da empresa "ABC"

Rendibilidade Comercial			
	2009	2008	2007
$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Vendas}}$	0,08%	0,21%	0,66%

Pode verificar-se que a empresa regista decréscimos sucessivos ao longo do período de análise, sendo que em 2009 apenas 0,08% das suas vendas são convertidas em lucros.

Este factor é significativo para os credores da empresa, nomeadamente o BSCP, pois demonstra que esta se encontra numa situação difícil ao nível da geração de lucros pela sua actividade.

➤ **Rácio de Endividamento**

Na análise que é feita ao Passivo deveria ser incorporado o cálculo deste rácio pois traduz o montante de Capital Alheio que é utilizado pela empresa no financiamento da sua actividade. Para a decisão de atribuição de crédito este rácio torna-se importante para que o banco tenha uma percepção do nível de endividamento da empresa.

Na Tabela 5.13 estão reflectidos os valores do rácio para os anos 2007, 2008 e 2009.

Tabela 5.13 - Rácio de Endividamento da empresa "ABC"

Debt to Equit Ratio			
	2009	2008	2007
$\frac{\text{Capital Alheio}}{\text{Capital Próprio}}$	1,31	0,97	1,50

Sendo que o valor do rácio superior a um traduz excesso de endividamento, conclui-se que a empresa apresenta em 2007 e 2009 valores demasiado altos que podem traduzir o recurso excessivo ao financiamento de instituições financeiras.

➤ Rácio Liquidez Imediata

Relativamente à análise à liquidez da empresa, o BSCP deveria incluir o cálculo da liquidez imediata pois permite determinar os níveis de tesouraria da empresa. No caso da empresa “ABC” os valores para este rácio estão expostos na Tabela 5.14.

Tabela 5.14 - Rácio de Liquidez Imediata da empresa "ABC"

Liquidez Imediata			
	2009	2008	2007
$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$	0,21	0,03	0,04

Para este rácio valores perto de um são considerados muito elevados e poderão significar uma má aplicação dos fundos de tesouraria. Neste caso a empresa apresenta indícios de boa gestão ao nível de tesouraria sendo que em 2009 apresenta melhores condições de poder satisfazer as suas dívidas de curto prazo utilizando apenas os seus recursos mais líquidos.

Relativamente aos factores qualitativos que são utilizados para o cálculo do rating deveria ser incluída a análise à evolução macroeconómica do país e análise às políticas vigentes de atribuição de crédito e as restrições do Banco Central Europeu (BCE).

A evolução macroeconómica é de extrema importância para a decisão de atribuição de crédito pois uma empresa pode apresentar indicadores que sugiram uma boa situação financeira, mas se a economia do país onde se insere tiver uma evolução negativa, o acesso ao crédito poderá ser mais criterioso.

Em relação às políticas e restrições do BCE, o analista deverá ter em atenção as medidas tomadas pela União Europeia que tenham implicações directas na atribuição de crédito, pois é este organismo que controla o sistema bancário português e que impõe políticas restritivas ao financiamento, como sucedido no Acordo Basileia II e III mencionados no ponto 4.1.2.

6. CONCLUSÕES

Com as alterações macroeconómicas sentidas desde 2007 é cada vez mais importante que as instituições financeiras desenvolvam e apliquem sistemas mais restritos para atribuição de crédito. Por outro lado, os clientes, ao ser mais difícil o acesso ao financiamento, são obrigados a disponibilizarem mais informação financeira aos bancos, sendo que no caso das empresas essa informação necessita ser de qualidade e credível.

A análise económico-financeira baseada em rácios financeiros torna-se assim indispensável para uma mais fácil e comparável avaliação da realidade da empresa. Tendo em consideração a informação retirada dos relatos financeiros da empresa, os analistas de crédito conseguem, através dos sistemas internos, atribuir uma classificação de rating de modo a tomarem a decisão de atribuir ou não o montante de financiamento requerido.

Na sequência do estágio realizado no Banco Santander Consumer Portugal, o presente relatório permite concluir sobre o modelo utilizado pelo banco para analisar a capacidade que as empresas clientes têm para cumprir as suas obrigações.

O modelo utilizado pelo banco enquadra-se com os temas teóricos mencionados nos capítulos 3 e 4, sendo por isso ajustado à realidade. Contudo existem algumas críticas a serem feitas ao mesmo.

Ao nível da análise económico-financeira baseada nos rácios, é sugerido que sejam incorporados na análise o cálculo de mais quatro rácios que considero serem importantes para verificar a capacidade da empresa em gerar recursos que lhe permitam fazer face às suas dívidas. Estes rácios estão referidos no ponto 5.6, sendo o maior reparo para a não inclusão do rácio de cobertura dos encargos financeiros que é um dos mais relevantes para atribuição de crédito por se tratar de um indicador que sugere se o nível de actividade que a empresa produz é suficiente para cobrir as suas dívidas.

Relativamente às variáveis qualitativas utilizadas na classificação de rating, sugerem-se também algumas alterações. O banco deverá abranger a sua análise não só ao sector de actividade da empresa mas também à situação macroeconómica e política do país, assim como deve ter especial atenção às políticas que regulam os mercados financeiros.

Num cenário de crise financeira é fundamental que o banco seja mais rigoroso na análise efectuada pelo que deverá incorporar todos os rácios que permitam ser mais restrito no financiamento que concedem e toda a informação não financeira que possa distorcer a notação de rating a atribuir.

Contudo, e excluindo as sugestões efectuadas, pode-se concluir que o modelo utilizado pelo BSCP na atribuição de crédito aos seus clientes enquadra-se com a componente teórica. Os rácios utilizados na análise permitem avaliar a situação financeira das empresas e determinar se estas apresentam liquidez para cumprirem as suas obrigações.

Ao ser efectuada uma análise ao longo de um período, os analistas do BSCP conseguem comparar resultados e analisar a evolução da empresa entre anos de actividade, o que lhes permite ter uma melhor percepção dos impactos macroeconómicos nos resultados da empresa.

Este estágio curricular permitiu-me aprofundar conhecimentos na área da análise económico-financeira a empresas, cujos temas tinha abordado ao longo da minha licenciatura e mestrado. Em relação ao risco de crédito, foi possível aprender sobre o sistema de atribuição de crédito que é utilizado pela maioria das instituições financeiras em Portugal.

Sendo os objectivos do estágio curricular a iniciação na vida profissional e o foco numa área relacionada aos temas abordados ao longo do mestrado, é possível avaliar o percurso do estágio de forma positiva pois foram alcançados tais objectivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Altman, Edward I. (1968). Financial Ratios, Discriminant Analysis and the Prediction of Corporate Bankruptcy. *The Journal of Finance*, 23(4), 589-609.

Beaver, William H. (1966). Financial Ratios as Predictors of Failure. *Journal of Accounting Research*, 4, 71-111.

Bielecki, Tomasz R. & Rutkowski, Marek (2001). *Credit Risk: Modeling, Valuation, and Hedging*. Springer-Verlag.

Brealey, Richard A. & Myers, Steward C. (1998). *Principles of Corporate Finance*. New York: McGraw-Hill.

Damodaran, Aswath (2007). “Return on Capital (ROC), Return on Invested Capital (ROIC) and Return on Equity (ROE): Measurement and Implications”. Stern School of Business.

Demerjian, Peter R. W. (2007). “Financial Ratios and Credit Risk: The Selection of Financial Ratio Covenants in Debt Contracts”. Stephen M. Ross School of Business, University of Michigan.

Diamond, D. (1991). Monitoring and Reputation: the choice between Bank Loans and Directly Placed Debt. *Journal of Political Economy*, 99 (4), 689-721.

Farinha, Jorge Bento R. B. (1994). “Análise de Rácios Financeiros”. Versão 2.

Felício, J. Augusto & Esteves, J. Cantiga (1996). *Gestão Financeira – Dominar a tesouraria*. Lisboa: IAPMEI.

Haskins, Mark E. (2002). “Ratios tell a story”. Darden Business Publishing, University of Virginia.

Lacerda, Ana I. & Moro, Russ A. (2008). “Analysis of the Predictors of Default for Portuguese Firms”. Banco de Portugal.

Landeiro de Vaz, Jorge (1998). “Análise Económico-Financeira de Bancos”. Instituto Superior de Economia e Gestão.

Marquez, Javier (2008). “An Introduction to Credit Scoring for Small and Medium Size Enterprises”.

Meneses, H. Caldeira (1987). *Princípios de Gestão Financeira*. Lisboa: Editorial Presença.

Moreira, José António Cardoso (1997). *Análise Financeira de Empresas - da teoria à prática*. Porto: Associação da Bolsa de Derivados do Porto.

Neves, João Carvalho (2000). *Análise Financeira – Técnicas Fundamentais*. Lisboa: Texto Editora.

Neves, João Carvalho & Silva, João M. S. Andrade (1996). “Modelos de Risco de Incumprimentos à Segurança Social”. Centros de Estudo e Documentação Europeia.

Saunders, Anthony & Allen, Linda (2002). *Credit Risk Measurement – New Approaches to Value at Risk and Other Paradigms*. New York: John Wiley & Sons, Inc.

Thomas, Lyn C. (2000). A survey of credit and behavioral scoring: forecasting financial risk of lending to consumers. *Internacional Journal of Forecasting*, 16, 149-172.

Outras Referências:

<<https://www.acap.pt>>

<<https://www.santanderconsumer.pt>>

Guia prático do financiamento através de empréstimos para as PME – Como lidar com a nova cultura de notação (rating). Comissão Europeia.

Relatório & Contas de 2007 da empresa “ABC”

Relatório & Contas de 2008 da empresa “ABC”

Relatório & Contas de 2009 da empresa “ABC”

Balancete provisional de Setembro de 2010 da empresa “ABC”

ANEXOS

Anexo I – Demonstrações Financeiras Consolidadas BSCP a 31/12/2007

➤ Balanço

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Montantes expressos em Euros)									
ACTIVO	Notas	2007			2006	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2007	2006
		Activo bruto	Amortizações e imparidade	Activo líquido					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	52,241	-	52,241	3,339,454	Recursos de outras instituições de crédito	11	1,036,873,191	712,239,275
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	6,637,865	-	6,637,865	3,656,927	Recursos de clientes e outros empréstimos	12	6,116,627	4,719,101
Crédito a clientes	7	1,270,755,574	(36,867,214)	1,233,888,360	868,717,162	Provisões	13	72,500	150,000
Outros activos tangíveis	8	16,960,490	(8,961,402)	7,999,088	7,918,364	Passivos por impostos correntes	9	1,682,142	2,803,863
Activos intangíveis	8	5,269,513	(4,106,445)	1,163,068	252,862	Passivos por impostos diferidos	9	1,662,562	919,185
Activos por impostos correntes	9	104,482	-	104,482	7,280	Outros passivos subordinados	14	15,192,058	15,169,456
Activos por impostos diferidos	9	3,339,454	-	3,339,454	1,276,531	Outros Passivos	15	89,458,504	84,122,971
Outros activos	10	27,918,864	(4,815,243)	23,103,621	19,396,845	TOTAL DO PASSIVO		1,151,057,584	820,123,851
						Capital	16	66,592,947	37,500,000
						Outros Instrumentos de Capital	17	-	14,963,937
						Outras Reservas e Resultados Transitados	18	41,974,772	16,730,807
						Lucro do Exercício	19	16,662,876	12,520,284
						TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		125,230,595	81,715,028
TOTAL DO ACTIVO		1,331,038,483	(54,750,304)	1,276,288,179	904,564,425	TOTAL DO PASSIVO E DO CAPITAL PRÓPRIO		1,276,288,179	901,838,879

➤ Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Montantes expressos em Euros)			
	Notas	2007	2006
Juros e rendimentos similares	21	103,277,440	68,272,226
Juros e encargos similares	21	(59,472,275)	(36,063,394)
MARGEM FINANCEIRA		43,805,165	32,208,832
Rendimentos de serviços e comissões	22	10,494,575	3,835,672
Encargos com serviços e comissões	22	(2,612,688)	(1,270,043)
Rendimentos de instrumentos de capital		-	2,257
Resultados em operações financeiras	23	(15,340)	(698,314)
Outros resultados de exploração	24	2,382,972	2,261,031
PRODUTO BANCÁRIO		54,054,684	36,339,435
Custos com pessoal	25	(9,237,027)	(8,691,703)
Gastos gerais administrativos	26	(16,509,627)	(9,047,136)
Depreciações e amortizações	8	(846,648)	(504,860)
Imparidade de crédito	13	(3,693,456)	2,920,575
Imparidade de outros activos	13	(228,147)	(2,176,812)
Outras provisões	13	77,500	(322,008)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		23,617,279	18,517,491
Impostos correntes	9	(9,067,084)	(5,700,055)
Impostos diferidos	9	2,112,681	(297,152)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19	16,662,876	12,520,284
Número de acções em circulação no exercício		66,592,947	37,500,000
Resultados por acção		0.25	0.33

Anexo II – Demonstrações Financeiras Consolidadas BSCP a 31/12/2008

➤ Balanço

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Montantes expressos em Euros)									
ACTIVO	Notas	2008			2007	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			2007
		Activo Bruto	Amortizações provisões e imparidade	Activo líquido			Notas	2008	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	90.117	-	90.117	52.241	Recursos de outras instituições de crédito	11	1.074.880.135	1.036.873.191
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	6	3.600.085	-	3.600.085	6.637.865	Recursos de clientes e outros empréstimos	12	6.172.739	6.116.627
Crédito a clientes	7	1.306.958.273	(55.078.301)	1.251.879.972	1.233.888.360	Provisões	13	-	72.500
Outros activos tangíveis	8	16.063.281	(7.734.778)	8.328.503	7.999.088	Passivos por impostos correntes	9	43.094	1.682.142
Activos intangíveis	8	7.268.379	(4.785.473)	2.482.906	1.163.068	Passivos por impostos diferidos	9	876.490	1.662.562
Activos por impostos correntes	9	180.682	-	180.682	104.482	Outros passivos subordinados	14	15.236.802	15.192.058
Activos por impostos diferidos	9	4.289.252	-	4.289.252	3.339.454	Outros passivos	15	81.438.627	89.458.504
Outos activos	10	28.969.257	(2.447.062)	26.522.195	23.103.621				
						TOTAL DO PASSIVO		1.178.647.887	1.151.057.584
						Capital	16	66.592.947	66.592.947
						Outras reservas e resultados transitados	17	44.108.062	41.974.772
						Lucro do exercício	18	8.024.816	16.662.876
TOTAL DO ACTIVO		1.367.419.326	(70.045.614)	1.297.373.712	1.276.288.179	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		118.725.825	125.230.595
						TOTAL DO PASSIVO E DO CAPITAL PRÓPRIO		1.297.373.712	1.276.288.179

➤ Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Montantes expressos em Euros)			
	Notas	2008	2007
Juros e rendimentos similares	20	111.882.117	103.277.440
Juros e encargos similares	20	(65.844.529)	(59.472.275)
MARGEM FINANCEIRA		46.037.588	43.805.165
Rendimentos de serviços e comissões	21	10.008.456	10.494.575
Encargos com serviços e comissões	21	(2.578.918)	(2.612.688)
Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
Resultados em operações financeiras	22	52.719	(15.340)
Outros resultados de exploração	23	1.310.475	2.382.972
PRODUTO BANCÁRIO		54.830.320	54.054.684
Custos com pessoal	24	(7.949.453)	(9.237.027)
Gastos gerais administrativos	25	(14.877.554)	(16.509.627)
Depreciações e amortizações	8	(1.156.750)	(846.648)
Imparidade de crédito	13	(18.493.672)	(3.693.456)
Imparidade de outros activos	13	614.797	(228.147)
Outras provisões	13	35.000	77.500
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		13.002.688	23.617.279
Impostos correntes	9	(6.713.742)	(9.067.084)
Impostos diferidos	9	1.735.870	2.112.681
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.024.816	16.662.876
Número de acções em circulação no exercício		66.592.947	66.592.947
Resultados por acção		0,12	0,25

Anexo III – Demonstrações Financeiras Consolidadas BSCP a 31/12/2009➤ **Balanço***Activo (montantes expressos em Euros)*

ACTIVO	Notas	2009			2008
		Activo Bruto	Amortizações, provisões e e imparidade	Activo líquido	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	35 822	-	35 822	90 117
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	29 814 467	-	29 814 467	3 600 085
Activos financeiros detidos para negociação	7	5 362 985	-	5 362 985	-
Crédito a clientes	8	1 309 198 617	(59 643 503)	1 249 555 114	1 251 879 972
Outros activos tangíveis	9	16 649 152	(8 245 198)	8 403 954	8 328 503
Activos intangíveis	9	8 891 803	(6 028 504)	2 863 299	2 482 906
Activos por impostos correntes	10	8 781	-	8 781	180 682
Activos por impostos diferidos	10	3 535 196	-	3 535 196	4 289 252
Outros activos	11	21 673 970	(2 669 812)	19 004 158	26 522 195
Total do Activo		<u>1 395 170 793</u>	<u>(76 587 017)</u>	<u>1 318 583 776</u>	<u>1 297 373 712</u>

Capital Próprio e Passivo (montantes expressos em Euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2009	2008
Recursos de outras instituições de crédito	12	1 068 446 439	1 074 880 135
Recursos de clientes e outros empréstimos	13	4 578 092	6 172 739
Passivos financeiros detidos para negociação	7	5 377 474	-
Provisões	14	122 267	-
Passivos por impostos correntes	10	646 866	43 094
Passivos por impostos diferidos	10	717 159	876 490
Outros passivos subordinados	15	15 069 364	15 236 802
Outros passivos	16	103 010 747	81 438 627
Total do Passivo		<u>1 197 968 408</u>	<u>1 178 647 887</u>
Capital	17	66 592 947	66 592 947
Outras reservas e resultados transitados	18	43 612 450	44 108 062
Rendimento integral do exercício	19	10 409 971	8 024 816
Total do Capital Próprio		<u>120 615 368</u>	<u>118 725 825</u>
Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>1 318 583 776</u>	<u>1 297 373 712</u>

➤ Demonstração de Resultados

Montantes expressos em Euros

	Notas	2009	2008
Juros e rendimentos similares	21	89 491 720	92 724 026
Juros e encargos similares	21	(40 193 989)	(45 188 511)
MARGEM FINANCEIRA		49 297 731	47 535 515
Rendimentos de serviços e comissões	22	12 235 251	10 008 456
Encargos com serviços e comissões	22	(3 204 044)	(4 076 845)
Resultados em operações financeiras	23	(17 645)	52 719
Outros resultados de exploração	24	509 303	1 310 475
PRODUTO BANCÁRIO		58 820 596	54 830 320
Custos com pessoal	25	(8 606 477)	(7 949 453)
Gastos gerais administrativos	26	(14 706 564)	(14 877 554)
Depreciações e amortizações	9	(1 753 449)	(1 156 750)
Imparidade de crédito	14	(17 864 809)	(18 493 672)
Imparidade de outros activos	14	(566 351)	614 797
Outras provisões	14	(122 267)	35 000
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		15 200 679	13 002 688
Impostos correntes	10	(4 195 983)	(6 713 742)
Impostos diferidos	10	(594 725)	1 735 870
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		10 409 971	8 024 816
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRECTAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO		-	-
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		10 409 971	8 024 816
Número de acções em circulação no exercício		66 592 947	66 592 947
Resultados por acção		0,16	0,12

Anexo IV – Balanço Individual BSCP do 3º Trimestre 2010*Activo (montantes expressos em Euros)*

	Setembro de 2010	
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações
	1	2
	3 = 1 - 2	
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	94 007	94 007
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 939 075	7 939 075
Activos financeiros detidos para negociação	2 762 053	2 762 053
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0
Activos financeiros disponíveis para venda		0
Aplicações em instituições de crédito		0
Crédito a clientes	1 361 743 286	43 048 786
Investimentos detidos até à maturidade	698 759 034	698 759 034
Activos com acordo de recompra		0
Derivados de cobertura		0
Activos não correntes detidos para venda	2 691 357	1 238 668
Propriedades de investimento		0
Outros activos tangíveis	17 042 185	8 338 997
Activos intangíveis	9 514 488	7 016 814
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0
Activos por impostos correntes	2 541 948	2 541 948
Activos por impostos diferidos	4 904 348	4 904 348
Outros activos	40 590 361	4 690 121
Total de Activo	2 148 582 143	64 697 576
		2 083 884 566

*Capital Próprio e Passivo (montantes expressos em Euros)***Passivo**

Recursos de bancos centrais	160 243 611
Passivos financeiros detidos para negociação	
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	
Recursos de outras instituições de crédito	952 829 800
Recursos de clientes e outros empréstimos	4 513 001
Responsabilidades representadas por títulos	
Passivos financeiros associados a activos transferidos	679 326 770
Derivados de cobertura	
Passivos não correntes detidos para venda	
Provisões	16 689 113
Passivos por impostos correntes	4 812 807
Passivos por impostos diferidos	438 245
Instrumentos representativos de capital	
Outros passivos subordinados	15 002 983
Outros passivos	123 405 711
Total de Passivo	1 957 262 040

Capital

Capital	66 592 948
Prémios de emissão	
Outros instrumentos de capital	
Reservas de reavaliação	
Outras reservas e resultados transitados	53 248 867
Acções próprias	0
Resultado do exercício	6 780 711
Dividendos antecipados	
Total de Capital	126 622 527
Total de Passivo e Capital	2 083 884 566

Anexo V – Actividades desenvolvidas no estágio curricular

Data	Tarefas	Horas	
		Tarefa	Total
Maio	Apresentação do BSCP e suas Áreas e Direcções	2	2
	Integração da DRR na estrutura do BSCP - Equipa de Risco	2	4
	Formação sobre produtos e serviços comercializados pelo BSCP	12	16
	Formação em sistemas informáticos e de informação do BSCP - Bases Dados	12	28
Junho, Julho	Formação de Análise de Crédito a Particulares	16	44
	Formação de Análise de Crédito a Empresas	32	76
	Modelos de Relatórios de Crédito - Apresentação, Formação, Prática	20	96
	Preparação de Relatórios de Crédito (responsabilidades até 750 m€)	168	264
Agosto, Setembro, Outubro	Arquivo	16	280
	Rating de Empresas do BSCP - Formação teórica e prática	20	300
	Preparação de Relatórios Crédito (responsabilidades entre 750 m€ e 2.000 m€)	116	416
	Preparação de Relatórios Crédito (responsabilidades superiores a 2.000 m€)	100	516
	Finalização Relatório Estágio - esclarecimentos e dúvidas finais	12	528

Anexo VI – Evolução do sector automóvel entre 2007-2010

➤ Comparação entre 2007 e 2008

TOTAL DE VEÍCULOS LIGEIROs - Janeiro a Dezembro					
(Valores Provisórios)					
	Unidades		%	% no Mercado	
	2008	2007	Var.	2008	2007
Renault	32.975	35.007	-5,8	12,27	12,95
Opel	26.314	30.787	-14,5	9,79	11,39
Peugeot	22.684	24.042	-5,6	8,44	8,90
Citröen	21.030	22.398	-6,1	7,82	8,29
Ford	20.359	19.374	5,1	7,57	7,17
Volkswagen	20.123	19.779	1,7	7,49	7,32
Toyota	16.462	17.884	-8,0	6,12	6,62
Fiat	14.508	11.303	28,4	5,40	4,18
Seat	14.121	12.561	12,4	5,25	4,65
BMW	10.020	9.062	10,6	3,73	3,35
Mercedes	10.003	10.454	-4,3	3,72	3,87
Audi	7.818	6.883	13,6	2,91	2,55
Nissan	6.820	5.046	35,2	2,54	1,87
Mitsubishi	5.667	6.558	-13,6	2,11	2,43
Honda	5.648	5.963	-5,3	2,10	2,21
Mazda	5.155	4.972	3,7	1,92	1,84
Skoda	4.082	3.820	6,9	1,52	1,41
Chevrolet	3.384	3.073	10,1	1,26	1,14

Hyundai	3.218	3.656	-12,0	1,20	1,35
Kia	3.149	1.755	79,4	1,17	0,65
Smart	3.095	2.536	22,0	1,15	0,94
Volvo	2.214	2.623	-15,6	0,82	0,97
Suzuki	1.690	2.860	-40,9	0,63	1,06
Mini	1.533	828	85,1	0,57	0,31
Iveco	1.350	1.523	-11,4	0,50	0,56
Alfa Romeo	1.000	1.259	-20,6	0,37	0,47
Lancia	786	570	37,9	0,29	0,21
Isuzu	646	1.029	-37,2	0,24	0,38
Jeep	451	344	31,1	0,17	0,13
Dacia	442	0	...	0,16	0,00
Jaguar	364	223	63,2	0,14	0,08
Lexus	313	443	-29,3	0,12	0,16
Land Rover	312	444	-29,7	0,12	0,16
Dodge	252	102	147,1	0,09	0,04
Porsche	214	226	-5,3	0,08	0,08
Chrysler	174	287	-39,4	0,06	0,11
Subaru	145	59	145,8	0,05	0,02
Saab	88	257	-65,8	0,03	0,10
Daihatsu	70	132	-47,0	0,03	0,05
Aston Martin	28	25	12,0	0,01	0,01
Maserati	22	10	120,0	0,01	0,00
Ssang Yong	21	30	-30,0	0,01	0,01
Ferrari	16	17	-5,9	0,01	0,01
Bentley	10	16	-37,5	0,00	0,01
Tata	8	7	14,3	0,00	0,00
Mahindra	5	0	...	0,00	0,00
Lotus	3	6	-50,0	0,00	0,00
Daimler	1	2	-50,0	0,00	0,00
Lamborghini	0	2	...	0,00	0,00
Total	268.793	270.237	-0,5	100,00	100,00

➤ Comparação entre 2008 e 2009

TOTAL DE VEÍCULOS LIGEIROS - Janeiro a Dezembro					
(Valores Provisórios)					
	Unidades		%	% no Mercado	
	2009	2008	Var.	2009	2008
Renault	23.787	32.975	-27,9	11,90	12,27
Ford	16.684	20.359	-18,1	8,35	7,57
Peugeot	16.159	22.684	-28,8	8,08	8,44
Citröen	15.836	21.030	-24,7	7,92	7,82
Volkswagen	15.164	20.123	-24,6	7,59	7,49
Opel	13.361	26.314	-49,2	6,68	9,79
Fiat	12.646	14.508	-12,8	6,33	5,40
Toyota	12.160	16.462	-26,1	6,08	6,12
Seat	9.165	14.121	-35,1	4,59	5,25
Mercedes	8.560	10.003	-14,4	4,28	3,72
BMW	7.558	10.020	-24,6	3,78	3,73
Audi	6.922	7.818	-11,5	3,46	2,91
Nissan	5.553	6.820	-18,6	2,78	2,54
Mitsubishi	4.410	5.667	-22,2	2,21	2,11
Chevrolet	3.934	3.384	16,3	1,97	1,26

Mazda	3.702	5.155	-28,2	1,85	1,92
Honda	3.634	5.648	-35,7	1,82	2,10
Kia	2.941	3.149	-6,6	1,47	1,17
Skoda	2.817	4.082	-31,0	1,41	1,52
Smart	2.547	3.095	-17,7	1,27	1,15
Hyundai	2.413	3.218	-25,0	1,21	1,20
Volvo	1.955	2.214	-11,7	0,98	0,82
Mini	1.216	1.533	-20,7	0,61	0,57
Alfa Romeo	1.157	1.000	15,7	0,58	0,37
Iveco	815	1.350	-39,6	0,41	0,50
Lancia	752	786	-4,3	0,38	0,29
Suzuki	736	1.690	-56,4	0,37	0,63
Dacia	584	442	32,1	0,29	0,16
Isuzu	519	646	-19,7	0,26	0,24
Jeep	435	451	-3,5	0,22	0,17
Dodge	368	252	46,0	0,18	0,09
Lexus	266	313	-15,0	0,13	0,12
Land Rover	252	312	-19,2	0,13	0,12
Porsche	248	214	15,9	0,12	0,08
Jaguar	195	364	-46,4	0,10	0,14
Saab	121	88	37,5	0,06	0,03
Subaru	108	145	-25,5	0,05	0,05
Chrysler	59	174	-66,1	0,03	0,06
Daihatsu	56	70	-20,0	0,03	0,03
Ferrari	31	16	93,8	0,02	0,01
Aston Martin	26	28	-7,1	0,01	0,01
Bentley	11	10	10,0	0,01	0,00
Maserati	7	22	-68,2	0,00	0,01
Tata	7	8	-12,5	0,00	0,00
Lotus	4	3	33,3	0,00	0,00
Lamborghini	4	0	...	0,00	0,00
Ssang Yong	1	21	-95,2	0,00	0,01
Mahindra	0	5	...	0,00	0,00
Daimler	0	1	...	0,00	0,00
Total	199.886	268.793	-25,6	100,00	100,00

➤ Comparação entre 2009 e 2010

TOTAL DE VEÍCULOS LIGEIROS - Janeiro a Dezembro					
(Valores Provisórios)					
	Unidades		%	% no Mercado	
	2010	2009	Var.	2010	2009
Renault	26.197	18.657	40,4	11,72	11,59
Volkswagen	18.828	13.727	37,2	8,42	8,53
Peugeot	18.048	11.476	57,3	8,08	7,13
Opel	17.257	10.041	71,9	7,72	6,24
Ford	15.387	13.189	16,7	6,88	8,19
Citroën	13.369	10.444	28,0	5,98	6,49
Seat	13.062	8.844	47,7	5,84	5,49
Toyota	11.499	8.824	30,3	5,15	5,48
Fiat	10.657	8.208	29,8	4,77	5,10
BMW	9.714	7.558	28,5	4,35	4,69
Mercedes	9.010	6.861	31,3	4,03	4,26
Audi	8.403	6.922	21,4	3,76	4,30
Nissan	8.311	4.653	78,6	3,72	2,89

Chevrolet	6.360	3.935	61,6	2,85	2,44
Skoda	4.540	2.802	62,0	2,03	1,74
Kia	3.888	2.830	37,4	1,74	1,76
Honda	3.775	3.634	3,9	1,69	2,26
Volvo	3.443	1.955	76,1	1,54	1,21
Mitsubishi	3.416	2.282	49,7	1,53	1,42
Mazda	3.273	3.193	2,5	1,46	1,98
Hyundai	3.174	2.317	37,0	1,42	1,44
Smart	2.544	2.547	-0,1	1,14	1,58
Alfa Romeo	2.275	1.157	96,6	1,02	0,72
Dacia	1.658	584	183,9	0,74	0,36
Mini	1.631	1.216	34,1	0,73	0,76
Suzuki	1.235	722	71,1	0,55	0,45
Lancia	637	752	-15,3	0,29	0,47
Dodge	491	368	33,4	0,22	0,23
Porsche	469	249	88,4	0,21	0,15
Lexus	286	266	7,5	0,13	0,17
Jaguar	258	195	32,3	0,12	0,12
Land Rover	104	163	-36,2	0,05	0,10
Chrysler	84	59	42,4	0,04	0,04
Subaru	60	113	-46,9	0,03	0,07
Daihatsu	56	56	0,0	0,03	0,03
Saab	31	121	-74,4	0,01	0,08
Ferrari	23	31	-25,8	0,01	0,02
Aston Martin	21	26	-19,2	0,01	0,02
Lamborghini	6	4	50,0	0,00	0,00
Bentley	4	11	-63,6	0,00	0,01
Maserati	4	7	-42,9	0,00	0,00
Lotus	1	4	-75,0	0,00	0,00
Maybach	1	0	...	0,00	0,00
Ssang Yong	1	0	...	0,00	0,00
Jeep	0	10	-100,0	0,00	0,01
Total	223.491	161.013	38,8	100,00	100,00